

INTERNACIONAL

EDITORIAL + pág / 21 a 22

QUANTO MAIS AFUNDA O IMPERIALISMO AS GUERRAS DE DOMINAÇÃO, MAIS A CONTRARREVOLUÇÃO SE MANIFESTA VIOLENTAMENTE SOBRE AS NAÇÕES OPRIMIDAS DO CONTINENTE

ELEIÇÕES 2026

INTERNACIONAL

+ pág / 26

Colômbia: polarização entre reformismo e imperialismo dão o tom da disputa eleitoral no país



A POLARIZAÇÃO ELEITORAL ENTRE O BOLSONARISMO E LULA REPRESENTA DUAS FACES DA MESMA MOEDA EM TORNO DAS POLÍTICAS QUE ATENDEM AOS INTERESSES DE FRAÇÕES DA BURGUESIA NACIONAL E IMPERIALISTA

EDITORIAL pág / 2

ELEIÇÕES 2026

NACIONAL + pág / 8

Dois criminosos articulam desde os EUA para condicionar as eleições

SINDICAL + pág / 12

DESFECHO DA GREVE DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

INTERNACIONAL + pág / 23

A luta das massas pelo "fora Paz" abre uma **crise pré-revolucionária na Bolívia**

PALESTINA

Pela derrota do sionismo e do imperialismo na Palestina!

UCRÂNIA

Pela derrota da OTAN e do imperialismo na Ucrânia!

A POLARIZAÇÃO ELEITORAL ENTRE O BOLSONARISMO E LULA REPRESENTA DUAS FACES DA MESMA MOEDA EM TORNO DAS POLÍTICAS QUE ATENDEM AOS INTERESSES DE FRAÇÕES DA BURGUESIA NACIONAL E IMPERIALISTA

A Frente Ampla, constituída para “derrotar o fascismo” e eleger Lula como presidente nas eleições de 2022, demonstrou-se como a continuidade da política entreguista de Jair Bolsonaro, mas sobre nova forma e novos métodos de relações com as massas. O PT deu continuidade às privatizações^{1,2,3} – apesar de retirar algumas empresas da lista, manteve o Decreto e a política de Bolsonaro quanto ao Programa Nacional de Desestatização (PND), e acelerou alguns segmentos como as hidrovias; não se opôs e não trabalhou para barrar a dita “uberização”, mas sim regulamentar formas de precarização das relações de trabalho; manteve o avanço da terceirização, sobretudo nas empresas estatais; silenciou a retórica de revogar as contrarreformas trabalhista e previdenciária; está gestando a contrarreforma administrativa⁴; etc.

Longe do cenário de crescimento econômico dos anos 2000, quando o preço das *commodities* (matérias-primas) estava muito elevado e impulsionou grandes lucros, gerando também aumento de receita ao Estado brasileiro o que permitiu ao governo Lula outorgar algumas migalhas,



Lula e o PT não podem oferecer políticas assistenciais, aumento do salário mínimo, e demais migalhas às massas.

Ao contrário, A BURGUESIA DESPEJA A CRISE CAPITALISTA SOBRE OS EXPLORADOS, portanto impõem as contrarreformas, impedem novas medidas “progressistas” ainda que mínimas, e refletem na piora das condições de vida das massas, em prol da manutenção do lucro das diferentes frações da burguesia nacional e imperialista.

hoje, Lula e o PT não podem oferecer políticas assistenciais, aumento do salário mínimo, e demais migalhas às massas. Ao contrário, a burguesia despeja a crise capitalista sobre os explorados, portanto impõem as contrarreformas, impedem novas medidas “progressistas” ainda que mínimas, e refletem na piora das condições de vida das massas, em prol da manutenção do lucro das diferentes frações da burguesia nacional e imperialista.

Neste cenário global de ataques da classe dominante, seus governos são a ferramenta utilizada para retirada de direitos e garantia do lucro burguês. Está aí a necessidade de direitização objetiva dos governos, seja pela substituição do governante ou pela sua manutenção, mas alinhada aos novos interesses das frações burguesas mais poderosas. A experiência

da América Latina nas últimas duas décadas não está descolada desta realidade. A ascensão da direita e ultradireita, ou a direitização das ditas “esquerdas”, estão se intensificando em todo o mundo. A entrada de Milei na Casa Rosada, Rodrigo Paz (Bolívia), Santiago Peña (Paraguai), Daniel Noboa (Equador), e o próprio Bolsonarismo, não coincidem com o retorno de Trump à Casa Branca, nem com Giorgia Meloni (Itália), Luís Montenegro (Portugal), Erdoğan (Turquia), entre outros, mas sim representam na política burguesa a ofensiva do imperialismo para aumentar e acelerar o saque às semicolônias e a exploração assalariada em meio a um curso contrarrevolucionário. Lula, liberto da cadeia para poder concorrer no pleito de 2022, envolto pelo seguro da burguesia que é a Frente Ampla e Alckmin, assim como Temer foi em 2014 na reeleição de Dilma, não representou uma ruptura desta direitização, já que adaptou seu governo às novas necessidades da classe dominante.

A direitização de Lula e o PT, que, como dito acima, aplicam políticas de retiradas de direitos⁵, privatizações, etc., é um fenômeno histórico de rebaixamento das reivindicações e da adaptação de seu programa às investidas da burguesia. Não está isolado do mesmo movimento das demais correntes de “esquerda” (ver página 10) – reformistas, centristas e estalinistas – que estão, cada vez mais, subordinadas à tática eleitoral⁶.

1. “A privatização do baixo tapajós por decreto de Lula joga no lixo a máscara hipócrita de defensor dos direitos indígenas desse agente político da grande burguesia” – Página 24 do jornal O Internacionalista n° 36 (fevereiro de 2026)

2. “Governo de frente ampla Lula/Alckmin avança com as privatizações e os ataques ao funcionalismo público” – Página 02 do jornal O Internacionalista n° 32 (outubro de 2025)

3. “Todos os governos burgueses aprovaram medidas e leis que destroem a natureza em benefício dos monopólios e do imperialismo” – Página 06 do jornal O Internacionalista n° 30 (agosto de 2025)

4. “A Reforma Administrativa levará à destruição dos serviços públicos e do funcionalismo em benefício dos capitalistas e dos parasitas da dívida pública” – Página 06 do jornal O Internacionalista n° 32 (outubro de 2025)

5. “Governo burguês de Lula/Alckmin cada vez mais mostra seu comprometimento com a política pró-imperialista e sua submissão ao capital financeiro internacional” – Página 02 do jornal O Internacionalista n° 33 (novembro de 2025)

6. “Estão sendo preparadas as armadilhas maio 2026 eleitorais e ideológicas para iludir as massas de que, votando em Lula, se abrirá caminho para a melhoria das condições de vida” – Página 02 do jornal O



Está colocada a necessidade de **CONSTRUÇÃO DAS OPOSIÇÕES REVOLUCIONÁRIAS**

- //
- ... como um fim em si, e demonstre às bases a necessidade de transformar suas reivindicações e canalizar sua disposição de luta em ações concretas na luta de classes, **com independência completa de patrões e governos.**

→ Agem, com diferenças de grau, inclusive no interior das centrais, sindicatos e movimentos sociais, impondo e reforçando as ilusões da democracia burguesa sobre as massas exploradas, cercando e destruindo a democracia operária para converter a disposição instintiva de luta dos explorados em votos no pleito burguês. A Frente Ampla burguesa se refletiu na direitização de correntes mais próximas do PT, como é o caso do PSOL⁷, que surge da cisão com aquele no contexto da contrarreforma Previdenciária de 2003; mas hoje se silencia diante de inúmeras retiradas de direitos em prol da reeleição de Lula, e deixa de ser uma corrente de oposição sindical para, na maioria dos casos, se juntar

formalmente ao PT.

A tática eleitoral subordina à estratégia das principais correntes que se dizem de “esquerda”, enquanto, para os marxistas-leninistas-trotskistas, com o acúmulo teórico e prático das revoluções russas, das teses de abril, do congresso da III Internacional, da experiência de G. Lora na Bolívia, as eleições representam, em síntese, um momento para propagandar as ideias revolucionárias e denunciar a própria democracia burguesa, portanto, de subordinação da tática eleitoral à estratégia revolucionária. A intervenção eleitoral leninista deve estar ancorada nas reivindicações das massas e ser reflexo da luta de classes, rejeitando atrelar essa intervenção ao campo do domínio da ideologia burguesa, que reforça a pantomima na gestão do Estado, como se fosse possível reformá-lo ou conquistar avanços para melhorar as

condições de vida dos oprimidos no capitalismo em decomposição.

Está colocada a necessidade de construção das oposições revolucionárias no interior dos sindicatos e movimentos sociais, que desmascarem a tática eleitoral como um fim em si, e demonstre às bases a necessidade de transformar suas reivindicações e canalizar sua disposição de luta em ações concretas na luta de classes, com independência completa de patrões e governos. Nesse processo é que as massas se aproximam, pela experiência, do seu programa revolucionário. Somente assim, sob a estratégia leninista, é que o conjunto dos assalariados e demais oprimidos elevarão sua consciência de classe, rompendo com a ideologia da classe dominante, assim, avançando com sua tarefa histórica de superar o capitalismo e a sociedade de classes. ●

Internacionalista nº 39 (maio de 2026)

7. “O PSOL rasgou a casca do “socialismo democrático” para fazer surgir o frente-populismo ao serviço da burguesia” – Página 05 do jornal O Internacionalista nº 38 (abril de 2026)



REALIZADA A I CONFERÊNCIA DO PPRI

Após seis meses de preparação, foi realizada a I Conferência do PPRI. Resoluções foram apresentadas ao debate interno e aprovadas nas plenárias, com inclusões e modificações trazidas por BI (boletim interno) e surgidas do debate coletivo, melhorando e precisando as formulações programáticas, políticas e táticas.

As Resoluções políticas apresentadas foram: 1) “A crise econômica no Brasil se intensificará e a burguesia despejará seu peso sobre os explorados”; 2) “O fundamento histórico da atual conjuntura histórica e o programa revolucionário para avançar à luta de classes sob a estratégia socialista”; 3) “A derrota dos EUA e a destruição de Israel são partes indissolúveis da tática anti-imperialista no Oriente Médio”; 4) “A derrota da OTAN e a vitória da Rússia na Ucrânia abre caminho à luta revolucionária das massas”, e 5) “O nacionalismo-burguês chavista se encaminha para sua queda após sua capitulação perante os EUA”. Além dessas resoluções, foram apresentadas mais duas que constituem um passo na compreensão teórica e na assimilação político-

prática dos fundamentos da intervenção leninista nas eleições e, sobretudo, na aproximação ao real conhecimento e aplicação do direito à autodeterminação dos Povos Originários. As Resoluções 1) “Resolução sobre os Povos originários” e 2) “Pela defesa do **Voto Nulo Programático** contra os partidos da burguesia e também contra os partidos centristas que arrastam as massas a reforçar as ilusões democráticas que fortalecem a ditadura da burguesia contra as massas”, foram os pontos altos da Conferência uma vez que constituem um avanço na assimilação dos princípios, dos métodos e das táticas dos fundamentos do leninismo-bolchevismo, ainda que aplicados à realidade concreta e às particularidades da estruturação histórica do Brasil.

As Resoluções políticas tinham por objetivo fazer um balanço das posições desenvolvidas desde nossa constituição como PPRI, em fevereiro de 2023, e as avaliar e confrontar como o curso da crise capitalista, verificando na prática sua correção teórica e sua justeza política. Quanto às Resoluções programáticas sobre a tática eleitoral e o direito de autodeterminação dos Povos Originários, era uma tarefa colocada pelo nosso I Congresso (ordinário) após verificada as lacunas e insuficiências em nossas elaborações e formulações. A Resolução dos Povos Originários tem o mérito – apesar de suas deficiências e lacunas – de nos obrigar a superar as falhas da organização anterior na qual militamos e que tinha negligenciado esse essencial aspecto da

.....
...
.....

A Resolução dos Povos Originários tem o mérito – apesar de suas deficiências e lacunas – de nos obrigar a superar as falhas da organização anterior na qual militamos e que tinha negligenciado esse essencial aspecto da realidade brasileira que condicionam a elaboração do programa.

realidade brasileira que condicionam a elaboração do programa. Sobretudo, que tinha transformado a bandeira da autodeterminação em uma coletânea de generalizações abstratas e posições descoladas de qualquer estudo real e concreto. Com sua discussão e publicação, começamos a romper as amarras com essa herança escolástica, embora ainda reste a ruptura (negação) que leve a sua superação, o que somente será feita na medida em que continuemos conhecendo, elaborando e, especialmente, aproximemos nosso programa dos povos originários por seus direitos.

Cumprimos o objetivo de verificar na realidade destes anos da crise os fundamentos que estruturam a elaboração teórica do PPRI. Verificamos ainda sua estreita relação com as heranças políticas e principistas de Lênin, Trotsky e Lora. Mas, reconhecemos que devemos ainda percorrer um longo caminho de

aperfeiçoamento das explicações programáticas e das relações dialéticas entre os diversos fenômenos junto de sua manifestação na luta de classes concreta, das particularidades dos diferentes aspectos que constituem a realidade objetiva das classes no país de economia desigual e combinada, bem como das contradições presentes na luta política e sua manifestação na superestrutura burguesa. Isto é: reconhecemos que melhoramos nossas elaborações ainda que falte percorrer um curso de elevação teórica e, fundamentalmente, batalhar por penetrar com um paciente trabalho organizativo no interior das massas, aproximando setores da vanguarda ao partido e seu programa. Reconhecemos também a falha de não podermos elaborar resoluções sobre Cuba ou Bolívia, por exemplo. Essa tarefa está colocada para ser realizada por meio de elaborações periódicas que deverão ser avaliadas, ratificadas ou retificadas em nosso próximo Congresso. Novas tarefas foram colocadas à militância.

As Resoluções serão publicadas como folhetos e apresentadas à vanguarda para sua avaliação, crítica e debate. Em nosso estágio ultra-embrionário damos especial relevância à educação e elevação dos quadros e a permanente avaliação crítica das elaborações visando testar na prática sua linha e suas formulações programáticas. A realização da Conferência fortalece e consolida os princípios, posições, programa, métodos e táticas que estão na construção do PPRI como partido-programa. ●

FOLHETO



Adquirir com nossos militantes!

STF RECORTA OS CHAMADOS “PENDURICALHOS” COMO MEIO DE APLICAR AO JUDICIÁRIO PARTE DO CONTEÚDO DA CONTRARREFORMA ADMINISTRATIVA (PEC 38/2025)

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu limitar o pagamento de verbas indenizatórias no judiciário e Ministério Público, que são os valores pagos de forma “compensatória” por situações específicas relacionadas ao trabalho, sem caráter salarial habitual. Estas verbas são conhecidas como “penduricalhos”, pois, na prática, eram utilizadas para driblar o teto do funcionalismo público (hoje cerca de R\$46.366,19), elevando o “salário” de servidores que detêm os mais poderosos cargos, como juízes, desembargadores, promotores de justiça, procuradores, defensores, etc.

Pelas novas regras ditadas pelo STF, a soma de vantagens extras não pode superar 70% do teto constitucional, ou seja, fica limitada a cerca de R\$78.822, sendo 35% para antiguidade e 35% para verbas indenizatórias, proibindo novos auxílios sem lei federal. Resoluções anteriores que criavam auxílios (como auxílio-combustível, auxílio-moradia, auxílio-creche, entre outros) e indenizações diversas (como a gratificação por exercício de localidade em fóruns que atendem mais de um município, a indenização por telecomunicação – conhecido como auxílio-celular, etc.) passaram a ser consideradas nulas.

Os servidores públicos do judiciário e do MP, que não ocupam os cargos de juízes, desembargadores, promotores e procuradores, não serão atingidos de imediato, pois, além de estarem vinculados a outro regime jurídico (estatuto) que não estava em pauta em um primeiro momento, possuem verbas indenizatórias diferentes e com valores muito abaixo das verbas existentes para os mandachuvas da “administração” das leis. Cabe destacar que essa imensa maioria de servidores poderão ser impactados pela Contrarreforma Administrativa^{1,2}, e que a estrutura do judiciário conta com uma grande quantidade de força de trabalho com vínculo precário ou temporário que não possuem os mesmos direitos. Da-

dos de 2023 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apontam que, da “força de trabalho auxiliar do judiciário”, 51,5% dos trabalhadores são terceirizados.

O julgamento do STF que resultou na limitação dos “penduricalhos” prevê uma economia de R\$7,3 bilhões anuais, fruto da redução na folha de pagamento do judiciário e MP. Estima-se que 9 em 10 magistrados “furam” atualmente o teto constitucional com estas verbas, constituindo uma casta burocrática do estado burguês com poderes econômicos e políticos que se destaca dos demais servidores do funcionalismo público, que recebem em média R\$3.780 mensais – muito abaixo dos R\$7.612,49 apontados pelo DIEESE como necessário para sustento de uma família).

A decisão do STF foi uma manobra para antecipar e moldar o conteúdo da contrarreforma Administrativa à casta do funcionalismo público, bem como para evitar uma maior crise política após as revelações do caso do Banco Master, de forma a não criar um campo fértil para novos choques entre os poderes Executivo e Judiciário. A necessidade de cortar da própria carne se dá, em primeiro lugar, pela necessidade do judiciário preservar sua capacidade de administrar os choques internos ao estado e o papel da casta judiciária como garantia da governabilidade, e em segundo lugar, para equacionar a elevação da dívida pública, que já está na casa dos R\$8,8 trilhões – e pode ultrapassar os R\$10 trilhões até o final de 2026, o equivalente a 88% do PIB. Para se ter uma ideia do quão gigantesco é o valor da dívida pública brasileira e suas consequências, basta ver que o Governo Federal tem o gasto fixo mensal entre 80 e 90 bilhões de reais somente com o pagamento de juros, o que é quase igual a receita mensal (Receita Corrente Líquida - RCL) somada de todos os Estados por mês, que é de cerca de R\$ 104 bilhões. A PEC 38/2025 se junta a medidas como o arcabouço fiscal (que substituiu e intensificou o teto de gastos), o corte de verbas na saúde e educação por meio de ajuste fiscal no Orçamento Geral, entre outras, para direcionar gigantescos montantes aos bolsos da burguesia parasitária, que lucra bilhões com os juros da dívida pública.

A política de ajustes orçamentários com cortes em saúde, educação, salários e direitos do funcionalismo não tinha ainda atingido à camada superior da burocracia estatal do judiciário. Os escândalos de corrupção revelados com o caso Daniel Vercaro abalaram a imagem de probidade dessa casta parasitária. Havia o perigo de se os choques entre judiciário e legislativo continuar, esse poderia realizar uma ofensiva para recortar o poder do STF e juízes se acobertando por trás da máscara da luta contra os privilégios salariais e a corrupção de ministros. O judiciário serve à burguesia para legitimar sua ditadura de classe com “força de lei”. Por isso tampouco é de seu interesse agravar o quadro da crise do judiciário, o que poderia agravar a crise de governabilidade. Assim, a decisão de cortar na própria carne do judiciário visa arrefecer essa ofensiva e, desse modo, preservar o papel de “árbitro” nas disputas intestinas inter-burguesas.

Essa briga intestina entre frações da casta burocrática estatal (Congresso e Judiciário) privilegiadas não interessa aos assalariados do funcionalismo que ganham salários que apenas dão para sobreviver e serão os próximos atingidos e mais afetados com a aplicação da contrarreforma Administrativa, pois suas condições de existência serão ainda mais precarizadas com a retirada de direitos. Se dá, portanto, a real necessidade de combater a aplicação da PEC 38/2025, não para defender os privilégios de uma minúscula casta que aplica a política da burguesia, mas sim as condições de vida do conjunto dos trabalhadores, que recebem salários arrojados. Essa luta não pode estar desvinculada da derrubada de outras contrarreformas que, em conjunto, aplicam o mesmo conteúdo, como as contrarreformas trabalhista e previdenciária. Neste sentido, é necessário avançar na luta contra a burguesia – erguendo uma luta nacional unificada dos explorados pela derrubada do Arcabouço Fiscal e todas as contrarreformas com a luta de classes – que utiliza seu Estado como instrumento de dominação, impondo cada vez mais a retirada de direitos dos explorados para manter e elevar seus lucros. ●

1. “A Contrarreforma Administrativa é mais um brutal ataque desferido pelo Governo Federal aliado ao Congresso contra os serviços públicos e o funcionalismo!” – Pág. 10 do jornal O Internacionalista nº 33 (novembro de 2025)

2. “DIEESE faz formação no Sindserv de São Sebastião sobre a Contrarreforma Administrativa” – Pág. 27 do jornal O Internacionalista nº 34 (dezembro de 2025)

Os reflexos da crise econômica sobre o Brasil, a desvalorização do real e seus impactos sobre as condições de vida das massas

Nos últimos anos, as famílias têm percebido com mais força o peso da crise econômica com a drástica redução do seu poder de compras, com os salários cada vez valendo menos. A crise que se iniciou nos Estados Unidos, entre 2008 e 2009 ainda nem tinha arrefecido completamente, quando a Pandemia da Covid 19 a intensificou com força sobre as massas exploradas. É nesse quadro que o real perdeu valor com a crise de 2009, com uma recuperação considerada rápida pelos economistas logo após a recuperação econômica. O fenômeno ocorreu quando os investidores deixavam de investir no país e buscavam maior segurança nos investimentos nos países considerados mais seguros, transferindo seus negócios para o dólar. Isso fez com que o real perdesse valor. Nossa atual situação, porém, é mais complicada porque nossa economia possui uma relação de interdependência e subordinação das economias dos países imperialistas, é por isso que as mudanças de comportamento dos ricos e dos investimentos de capital rapidamente são sentidos pelos mais pobres.

Em 2008, pico da crise, o dólar foi de R\$1,50 para R\$2,50, fechando o ano em R\$2,33 no final daquele ano. Por conta do aumento das commodities, sobretudo, os itens importantes e insumos agrícolas ligados ao preço da moeda, o impacto sobre o valor da cesta bá-

ca foi severamente sentido pelos explorados. Com a falência do banco Lehman Brothers em setembro de 2008, houve um pânico no mercado global, fazendo com que investidores retirassem bilhões de dólares em investimentos no Brasil. Assim, em 2008, segundo o DIEESE a cesta básica sofreu altas consecutivas puxadas pela elevação dos preços dos fertilizantes, defensivos agrícolas e importados no geral. Neste ano, o valor da cesta básica subiu de 11,30% até 29%, dependendo da capital. Essa alta repentina nos preços fez com que até 70% do salário mínimo fosse gasto só na cesta básica. A situação só vai sofrer uma mudança em 2009 com a recuperação da moeda americana que voltou ao patamar de R\$1,70. Como podemos ver, quando a crise aperta, é sobre os trabalhadores assalariados e demais oprimidos que a conta é cobrada.

A crise também impactou o mercado de trabalho que vinha numa crescente no número de desempregados desde 2006. De 2008 para 2009, a taxa de desemprego saltou de 7,1 para 8,3. Esse crescimento do desemprego é um dos principais elementos que apontam como a crise impacta terrivelmente os mais pobres que precisam trabalhar para sua subsistência.

Com a covid 19, a alta do dólar sobre o real volta a ser um problema para os brasileiros: a moeda saltou de R\$4,00 para R\$5,90. Essa alta no preço do dólar fez com que as importações e

exportações subissem, aumentando drasticamente o preço dos itens alimentares mais básicos dos brasileiros como arroz, feijão, leite, ovos, etc, conforme veremos mais abaixo.

A pandemia também ampliou o desemprego. As taxas que, nesse período, vinham numa lenta recuperação desde 2015, quando a crise bateu com força sobre o país, voltaram a crescer em 2019, quando a taxa chegou a 11,9%, ou seja, cerca de 12,6 milhões de pessoas desocupadas, e a informalidade crescia rapidamente. Em 2021, a taxa de desemprego, refletindo as medidas de “isolamento social”, que contribuiu para o fechamento de inúmeras fábricas e empresas, impôs uma taxa de desemprego na casa de 14,9%, ultrapassando mais de 15 milhões de brasileiros desocupados no período. O nível de pessoas desocupadas era maior que o de ocupadas: 49,4% em 2020. A informalidade cresceu vertiginosamente, chegando a 38,7% dos brasileiros aptos ao trabalho, mais de 34 milhões de pessoas.

A forte inflação sobre a cesta básica, atrelada aos altos níveis de desemprego, fez com que uma parcela dos brasileiros voltassem às terríveis condições dos anos 80 e 90, tendo que comprar ossos no lugar da proteína animal. A desvalorização do real ultrapassou os 30% naquele ano, de acordo com o Banco Central e o Dieese. Os índices de fome, de pobreza e de miséria cresceram rapidamente.



A forte inflação sobre a cesta básica, atrelada aos altos níveis de desemprego, fez com que **uma parcela dos brasileiros voltassem às terríveis condições dos anos 80 e 90**, tendo que comprar ossos no lugar da proteína animal.

A desvalorização do real ultrapassou os 30% naquele ano, de acordo com o Banco Central e o Dieese.

OS ÍNDICES DE FOME, DE POBREZA E DE MISÉRIA CRESCERAM RAPIDAMENTE.

No pós pandemia, a crise se manteve, elevando os preços das commodities e demais bens de consumo. Hoje, os brasileiros são obrigados a trabalhar muito mais para manter o padrão de vida que tinham anteriormente. Podemos analisar alguns exemplos da carestia do custo de vida que se mantém no pós pandemia: itens como arroz, cujo o pacote de 5kg custava em média de R\$12,00 a R\$15,00 hoje custa de R\$22,00 a R\$28,00 (aumento de mais 70%); o feijão que custava de R\$5,00 a R\$6,00, hoje custa em média R\$8,50 a R\$10,50 (mais ↑

O QUE IMPORTA ÀS MASSAS, que passam longe das montanhas de dinheiro do mercado especulativo financeiro, que passem a largo das falcaturas das entranhas da política e dos negócios da burguesia, **é como frear as consequências das instabilidades econômicas do capitalismo decadente sobre suas condições de vida e seus direitos.**

Mas, **a ausência de um Partido Operário Revolucionário Internacionalista e da Quarta Internacional**, e suas seções em cada país, **faz com que o reformismo**, que é uma variante do poder burguês, **dirija e controle de forma burocrática a esmagadora maioria dos sindicatos e movimentos sindicais.**

→ de 50%); o leite integral (1 litro) antes custava R\$3,00 a R\$ 3,80, hoje custa em média R\$5,50 a R\$6,80 (mais de 75%); o café torrado e moído que antes custava de R\$8,00 a R\$10,00, agora custa entre R\$18,00 a R\$22,00 (aumento de mais 100%).

Esse mesmo fenômeno dos preços ocorreu também com os produtos da chamada linha branca: um fogão a gás (de 4 a 5 bocas) que antes custava em média R\$500 e R\$800, hoje custa de R\$1.200 a mais de R\$3.000, dependendo da marca; as máquinas de lavar (10kg a 12kg) sofreram um reajuste de 30 a 50% com modelos partindo de R\$1.600 a R\$2.000; as geladeiras modelos de entrada (mais simples) que antes custavam de R\$1200 a R\$1500 agora custam em média de R\$3.000 a R\$6.000

Quando observamos os reajustes anuais dos salários mínimos dos últimos anos, percebemos como a crise foi e continua sendo jogada sobre as costas dos mais pobres de forma violenta e a ideia de “escravidão moderna” vai ficando cada vez mais evidente entre os trabalhadores. Entre 2019 e 2026, os reajustes passam longe da carestia acumulada, conforme observamos acima. Em 2019, o salário mínimo foi fixado em R\$998,00, representando um aumento de 4,61% em relação ao ano anterior. Em 2020, o valor foi ele-

vado para R\$1.045,00, com reajuste de 4,71%. Em 2021, passou para R\$1.100,00, correspondendo a um aumento de 5,26%. Em 2022, o salário mínimo foi reajustado para R\$1.212,00, com acréscimo de 10,18%. Em 2023, alcançou R\$1.320,00, após reajuste de 8,91%. Em 2024, o valor foi fixado em R\$1.412,00, representando aumento de 6,97%. Em 2025, passou para R\$1.518,00, com reajuste de 7,50%. Já em 2026, o salário mínimo foi estabelecido em R\$ 1.621,00, correspondendo a um aumento de 6,79%.

No acumulado do período de 2019 a 2026, o salário mínimo nacional acumulou uma valorização de aproximadamente 62,4%, passando de R\$998,00 para R\$1.621,00. Num comparativo simples em relação à subida dos preços dos alimentos e dos eletrodomésticos e eletrônicos mais usados pelas famílias, salta aos olhos a diferença. Essa diferença faz com que muitos trabalhadores busquem aumentar suas jornadas de trabalho com as horas extras. Parte desses trabalhadores já tiveram suas jornadas ampliadas, sem receber nada a mais, com as reuniões virtuais e a pressão exercida a partir das mídias digitais, com os grupos de trabalho via whatsapp, por exemplo.

A pauta do fim da Escala 6x1 surge nesse contexto como uma resposta de um

setor dos mais afetados pelo percurso acima relatado. Mas, rapidamente foi confiscado pelos parlamentares da frente ampla burguesa para servir à campanha eleitoral deste ano. O certo é que a redução da jornada de trabalho, sem a redução dos salários, agora se torna mais que necessária para recuperar parte do que foi arrancado aos explorados. Mas, essa luta contra a escala 6 por 1 não pode ficar nas mãos dos congressistas, pois estes respondem aos interesses da burguesia nacional e internacional, e não aos anseios do proletariado e demais explorados.

Nesse momento, com a guerra dos Estados Unidos e Israel contra o Irã, que fechou o estreito de Ormuz, temos visto o aumento do preço do barril de petróleo, que tende a encarecer novamente os fertilizantes e insumos agrícolas. O aumento dos combustíveis também tende a aumentar consequentemente o preço dos fretes, impactando diretamente no preço dos alimentos. A inflação se alastra como pólvora em todos os setores da economia, reforçando a destruição das condições de vida das massas.

AS CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA E DA CRISE TAMBÉM SE REFLETIRÃO NAS DISPUTAS ELEITORAIS.

O que importa às massas, que passam longe das montanhas de dinheiro

do mercado especulativo financeiro, que passem a largo das falcaturas das entranhas da política e dos negócios da burguesia, é como frear as consequências das instabilidades econômicas do capitalismo decadente sobre suas condições de vida e seus direitos. Mas, a ausência de um Partido Operário Revolucionário Internacionalista e da Quarta Internacional, e suas seções em cada país, faz com que o reformismo, que é uma variante do poder burguês, dirija e controle de forma burocrática a esmagadora maioria dos sindicatos e movimentos sindicais. Assim, a crise capitalista com seus ciclos continuará sendo descarregado sobre as massas e obrigará, mais tarde ou cedo, a essas reagirem e recorrer a seus métodos próprios de luta. Nesse momento, a vanguarda classista terá novas oportunidades para erguer o programa nacional de reivindicações que pode projetar os explorados em choque contra a burguesia e seus governos. Nesse sentido, é necessário ainda intervir nas eleições para evitar que sejam arrastados a eleger um novo governo burguês, e os organizar no campo de sua independência de classe. A esse objetivo deve servir a campanha do PPRI de defesa do programa e estratégia revolucionária, por meio da defesa do Voto Nulo programático. ●



ELEIÇÕES 2026

Declaração do PCC e do CV como organizações terroristas

Dois reconhecidos criminosos articulam de Washington medidas para condicionar as eleições de 2026

Após uma reunião entre Flávio Bolsonaro e Donald Trump, em 29 de maio, Marco Rubio anunciou a classificação do PCC e CV como “Organizações Terroristas Estrangeiras”. Aprovada por Ordem executiva (Decreto) do presidente estadunidense. A medida entrou em vigor em 5 de junho. Lula, o PT e aliados denunciaram a decisão como uma medida que atenta contra a soberania nacional e poderia fixar um precedente para justificar o intervencionismo militar dos EUA, a exemplo do feito na Venezuela.

Segundo a avaliação de especialistas em direito, não haveria alteração da soberania por não existir relação entre a legislação e sua aplicação que pudesse abrir caminho às ações militares em território brasileiro. Restringir-se-ia, dizem, a uma maior capacidade legal de impor bloqueios

de ativos, sanções a indivíduos e empresas etc. É um fato que a medida cria as condições para os EUA intervir e condicionarem as instituições, a Polícia Federal (PF) e as agências nacionais de inteligência. Essa relação já é umbilical, mas agora haveria melhores garantias para impor a “cooperação” e facilitar a ação de agentes estadunidenses no país. Razões de “segurança nacional” (reais ou fabricadas) poderiam ainda ser erguidas para intervenções pontuais de forças estadunidenses em cooperação com as brasileiras.

A decisão do Departamento do Estado dos EUA se orientará, fundamentalmente, a abrir expedientes para acusar falsamente a organizações, partidos e políticos vinculados com o narcotráfico, ou até semear suspeitas sobre essas ligações, para condicionar determinados processos políticos, a exemplo do eleitoral. Isso iria municiar a oposição direitista em suas campanhas e operações de falsa bandeira que associam o PT ao PPC diretamente, ocultando a cumplicidade e as sociedades com o narcotráfico de políticos e partidos de centro e da direita. O judiciário é um aparelho que se mostrou favorável às manobras e operações intervencionistas estrangeiras em solo brasileiro. Muitos juízes, procuradores e fiscais têm se mostrado agentes políticos dos interesses norte-americanos. Quem não se lembra de Sergio Moro sendo o

braço executor dos EUA para impedir Lula de concorrer eleitoralmente em 2018? A Lava Jato não serviu para encerrar empresas estratégicas do nosso país que concorriam ou afetavam os interesses imperialistas?

Não se deve esquecer que são os EUA, principalmente por meio de sua agência de inteligência, a CIA, que fizeram desse país o principal mercado das drogas, espalhando o veneno dos entorpecentes entre sua população pobre e minorias nacionais (é fartamente conhecido o papel da CIA no alargamento do narcotráfico entre as comunidades negras nos anos de 1960 para abortar um processo de radicalização política e apodrecer física e intelectualmente gerações inteiras), o principal centro de lavagem do dinheiro do narcotráfico e o centro para impulsionar a formação de cartéis latino-americanos para financiar a guerra dos “contra” contra a revolução sandinista ou financiar a produção de heroína no Afeganistão durante sua ocupação militar para inundar à Rússia e desestabilizar seus governos, dentre outros exemplos.

Foi com o objetivo de obter uma manchete e uma foto que revitalizaria sua candidatura que os Bolsonaros recorreram a Trump. Afinal de contas, Trump e MAGA foram decisivos para a projeção e sobrevivência eleitoral de Jair Bolsonaro após se mostrar um incompetente e corrupto como presidente. Como seu pai, Flávio foi solicitar

FOLHETO

Inviabilidade da

DEMOCRACIA BURGUESA

“ Nas semicolônias assim como nas metrópoles, o fascismo e a democracia são duas manifestações da ditadura de classe da burguesia ”

Adquira com nossos militantes!

...
Foi com o objetivo de obter uma manchete e uma foto que revitalizará sua candidatura que os Bolsonaros recorreram a Trump. Afinal de contas, Trump e MAGA foram decisivos para a projeção e sobrevivência eleitoral de Jair Bolsonaro após se mostrar um incompetente e corrupto como presidente. Como seu pai, **FLÁVIO FOI SOLICITAR AO IMPERIALISMO PARA INTERVIR ATIVAMENTE NAS CAMPANHAS E NAS ELEIÇÕES.**

→ ao imperialismo para intervir ativamente nas campanhas e nas eleições. A decisão do Departamento de Estado é a primeira intervenção “direta” dos EUA nas eleições. Flávio demonstrou a melhor qualidade que o imperialismo exige aos candidatos: uma coluna flexível para se curvar e total disposição a sacrificar os interesses e soberania nacionais. Mas, tal ato de servilismo não alterou ainda a tendência de queda das intenções de voto em sua candidatura após revelado o escândalo que envolve Flávio Bolsonaro com Daniel Vorcaro, comprovado fraudador e corrupto. Ocorre que a própria direita alimentou a maquinaria das denúncias do Banco Master para atingir o STF e Lula, mas logo essa ofensiva adquiriu feições ameaçadoras ao se revelar os laços entre o dono do Master e o candidato a presidente.

O encontro trouxe à luz do dia que dois criminosos podem se vestir de arautos da moral e da política burguesas, apesar de Bolsonaro ter vínculos comprovados com milícia que financiou parte de sua campanha pelo estado de Rio de Janeiro, e de Trump ser o máximo expoente político de uma casta empresarial envolvida até o tutano no tráfico de pessoas e na prostituição de adultos e menores. No capitalismo em apodrecimento, a violência criminosa nutre-se de alianças políticas e institucionais para progredir em

sua riqueza e garantir sua impunidade. Bilhões de lucros do narcotráfico lubrificam empreendimentos imobiliários, prestação de serviços, grilagem e compra de terras e financiamento de bancos - a exemplo do Banco Master. Assim como Trump foi amigo do criminoso Epstein, o próprio Flávio Bolsonaro é amigo de Rodrigo Bacellar, indicado como responsável do “núcleo político” (encarregado de acordos políticos e financiamento de campanhas) do CV. O clã Bolsonaro esteve também intimamente envolvido na aventura golpista de 8 de janeiro de 2023 que cogitou (e tentou) realizar atos terroristas para criar condições para um golpe de estado. A tentativa de explodir um veículo-bomba no aeroporto de Brasília é um claro ato terrorista dirigido contra a população civil. O bolsonarismo está ligado aos “narcoterroristas” e até incentivaram atos reais de terrorismo. Mas, como são servis ao imperialismo, nada há por que aplicar a designação dos EUA para tão fiéis aliados.

O que interessa à vanguarda com consciência de classe e às massas nacionais é compreender que designação do PCC e CV como “organizações terroristas” têm um objetivo político claro: desenvolver uma campanha política centralizada para ampliar o intervencionismo dos EUA na América Latina. Recentemente, organizações bolivianas denunciaram a existência de acordos entre o governo reacionário de Rodrigo Paz com o Departamento de Estado dos EUA para que se facilite a entrega de ajuda militar, inteligência e coordenação operativa para esmagar a revolta operária e popular que entrou em choque aberto com o governo entreguista (pag. 23), bem como para “armar um caso” por narcotráfico contra Evo Morales. Não é por acaso que décadas depois de ser expulsa, a DEA retorna a operar na Bolívia após Paz retirar os entraves legais; mas também no Paraguai onde se lhes outorgou total impunidade para agir no território sem qualquer ameaça de processos jurídicos ou legais por seus atos.

Como se vê, a ameaça militar se combina à intervenção nos processos eleitorais como em Honduras e na Colômbia (pag. 26). Mas, terá também re-

flexos no aumento da violência policial. Se a oposição direitista e ultradireitista conseguir emplacar no Congresso que se integrem as designações imperialistas à legislação nacional, será utilizada contra qualquer movimento que afete os negócios da burguesia imperialista. E poderia ainda favorecer o ressurgimento dos “esquadrões da morte” voltados aos massacres de pobres e miseráveis e movimentos revolucionários e partidos políticos de oposição.

É o capitalismo e seu parasitismo sobre as nações e massas oprimidas a fonte da podridão e do crime. Os EUA apenas se utilizam dos efeitos da decomposição para alavancar uma política intervencionista e reunir ao redor das tendências fascizantes às camadas de classe da pequena burguesia que se inclinam para governos e medidas ditatoriais. Se o regime burguês é a fonte primigênia dessa barbárie, não será com os métodos democratizantes que a perpetua que se resolverá a decomposição social, econômica e política. As massas exploradas não podem servir de base de manobra eleitoral da demagogia de Lula e Bolsonaro que estão ao serviço dos lucros de um punhado de magnatas do capital. Devem romper com o circo eleitoral e a farsa democrática burguesa, se aproximando de sua estratégia e programa próprios, única via para começar a criar as condições para acabar com a opressão, a exploração, a fome e miséria que são o caldo de cultivo para violência reacionária em todas suas formas. ●

FOLHETO

PROGRAMA

PPRI

**Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista**

Adquira com nossos militantes!

As “esquerdas” que se reivindicam do socialismo, mantêm os explorados subordinados às ilusões democráticas depositadas nas eleições burguesas

A crise econômica mundial do capitalismo em decomposição é procesada por meio da democracia burguesa e desenvolvida através de políticas e medidas aplicadas por seus governos atacando as massas, sejam eles ditos de esquerda ou de direita. A decomposição econômica capitalista imprime seus reflexos no parlamentarismo burguês, que descarrega nas massas toda a sorte de medidas de ataques que caminham para a centralização burocrática e autoritária destas, uma vez que o nacional reformismo também se direitiza (a frente ampla burguesa é sua manifestação no campo da política eleitoral burguesa) e é incapaz de oferecer-lhes sequer algumas migalhas. É importante dizer que apesar do esgotamento político do parlamentarismo, para as massas sua experiência possui um longo caminho a ser percorrido para romper com aquele, uma vez que as ilusões democráticas presentes na possibilidade das instituições resolverem seus problemas ainda não foram esgotadas e, é no momento eleitoral que, essas ilusões tomam força e corpo com o “direito” ao voto.

Com o novo escândalo envolvendo o dono do Banco Master e a revelação do envolvimento entre Daniel Vercaro e Flávio Bolsonaro na negociação de um suposto aporte financeiro para a cinebiografia de Jair Bolsonaro, cerca de 134 milhões de reais, o cenário da disputa para a cadeira presidencial ganhou um novo

rumo. Segundo anunciado pela Carta Capital em 1º de junho, o candidato do PT – Lula, disparou sete pontos à frente de Flávio – PL nas intenções de voto para o 1º turno e a mesma reportagem aponta que no 2º turno, o cenário permanece, com Lula à frente com 5 pontos. Nessa disputa interburguesa aparecem os candidatos das correntes de esquerda, onde juntos, somam entre 1% a 3% das intenções de voto. Os escândalos de corrupção, como se vê, não ampliam a margem de votos para as chamadas “alternativas” socialistas, e sim reforçam a polarização eleitoral burguesa, deslocando conjunturalmente votantes para Lula ou Flávio Bolsonaro.

As disputas dentro do Estado burguês materializam os interesses da classe dominante, ou seja, da burguesia. Neste sentido, o poder político não atua no vácuo, mas sim em favor dos interesses de quem detém o poder econômico, como diria Lênin, **“a política é a expressão concentrada da economia”** e todos os governos burgueses agem em defesa dos interesses da burguesia nacional e do imperialismo, desse modo não há como a democracia burguesa vir a servir ao proletariado para defender suas reivindicações ou abrir caminho a luta pelo seu poder próprio, independente de quem venha ser o presidente do Brasil.

O PAPEL “DECORATIVO” DAS ESQUERDAS NAS ELEIÇÕES DE 2026

Ocupando de 1% até 3% das intenções de voto dos brasileiros, os candidatos das

correntes que se reivindicam do socialismo como Rui Costa Pimenta (PCO), Samara Martins (UP), Edmilson Costa (PCB) e Hertz Dias (PSTU), trazem em suas campanhas eleitorais elementos que constituem o programa de seus partidos os combinando com reivindicações tipicamente democratizantes, inclusive possuindo similaridades na tática de construção de frentes populares ou de esquerda, a luta pelo fim da escala 6X1, em defesa da soberania nacional contra o imperialismo etc. Trataremos nesta nota brevemente das propostas apresentadas pelos candidatos à presidência para analisar seus reais posicionamentos no campo institucional e burguês. (Em próximas notas, iremos aprofundar nossa análise de cada partido/frente, e sua relação com a luta pela independência de classe do proletariado e demais oprimidos).

Em defesa da “classe trabalhadora” todos os candidatos propagandeiam o socialismo e a revolução (com particularidades). O PCO condena os métodos de conciliação de classes, reformas “superficiais”, propagandeia consignas anticapitalistas e anti-imperialistas. Já a UP, na figura de Samara Martins, aposta sobretudo na retórica de ser uma “candidatura de uma mulher negra” atuante no SUS e que se apoia em pautas identitárias para denunciar a opressão de classe, na defesa da estatização com retomada do controle estatal das empresas privadas, sistemas financeiros e de transporte coletivo; em

reivindicações trabalhistas como redução da jornada sem redução do salário e na “reforma” do Estado burguês. Edmilson Costa – PCB, traz em sua plataforma a “construção do poder popular” e a transição para o socialismo, sendo uma das principais propostas do partido a realização de uma “auditoria da dívida pública” brasileira. Por fim, Hertz Dias – PSTU, tem por objetivo central a “ruptura com o capitalismo” e a “tomada do poder político” pela “classe trabalhadora”. Inicialmente, podemos afirmar que nenhum desses “candidatos” faz uma defesa clara da estratégia da revolução e ditadura proletária. Assim, a defesa do socialismo fica no abstrato, enquanto ganham mais projeção as reivindicações econômicas e democráticas que podem arrastar mais votos.

Ora, além das propostas apresentadas e plataformas de governo com muitas similaridades, o que mais esses partidos têm em comum? Além de se reivindicarem do marxismo, leninismo e alguns deles do trotskismo, todos trazem em seu bojo o reforço das ilusões democráticas no seio das massas, típico dos reformistas e centristas que tratam o momento eleitoral como decisivo, e se apoiam na ilusão de que é possível instaurar um governo operário e/ou popular pela via eleitoral e que este seja capaz de impor e aprovar reformas progressivas no seio do capitalismo apodrecido; inclusive, realizar uma mudança na relação de forças implantando “conselhos populares” pela via eleitoral. ↑

→ Abrindo assim caminho ao reforço dos explorados na democracia burguesa e fortalecendo suas ilusões nos meios que a burguesia utilizará contra o conjunto dos trabalhadores e explorados, usando essa classe parasitária a “camisa de força que a classe dominante, contando com os serviços da esquerda, colocada sobre as massas, para impedi-la de marchar rumo à sua libertação e à plena satisfação de suas necessidades imediatas” (Lora – Inviabilidade da democracia burguesa).

O PSOL (partido reformista) tem alinhado sua estratégia e interesses políticos em apoio à reeleição do candidato petista Luiz Inácio Lula da Silva desde o primeiro turno, assumindo a defesa deste por meio de seus membros mais destacados, como Boulos e Guajajara, que incumbiram-se de ministérios e defendem os ataques deste governo as massas. Neste cenário, o PSOL retorna lentamente, mas firmemente, para o leito petista como seu braço eleitoral entre um setor da vanguarda que acreditava ser possível, por meio do PSOL, cumprir as tarefas que o PT abandonou. Desta vez, o PSOL cumprirá a tarefa de servir em bandeja essa vanguarda à frente ampla burguesa, arrastando novos candidatos que se filiam ao PSOL e que almejam projeção nacional através de seu aparato “em defesa do socialismo” e pela instauração de um “governo de trabalhadores”, como é o caso de Manuela d’Ávila (ex-militante do Pcdob) que concorre ao senado pelo Rio Grande do Sul e de Jones Manoel, figura central na fundação do PCBR após a ruptura com o PCB, que concorre junto ao PSOL como deputado federal pelo estado de Pernambuco.

O que essas “novidades” indicam? Uma guinada direitista por parte de vários partidos da esquerda, como o caso de figurões do PCBR, recém-formado, mas que não concorre às eleições burguesas, contudo, provavelmente, responderá ao chamado de Manoel para o apoio a Lula no 2º turno, como esse “intelectual” dito marxista já tem publicado em suas redes. Outros partidos ditos de esquerda, que atuarão novamente em defesa do “mau menor” contra o fascismo ou em defesa da “soberania nacional”, ignorando que a democracia burguesa é um método de governo da burguesia que esconde sua ditadura, e que o fascismo é a mesma face dessa ditadura que, em tempos de crise econômica mundial e de ascenso das massas através da luta de classes por meio das ações diretas, é a cartada final que a burguesia usa para manter o controle sobre as massas e contendo a abertura de possíveis processos revolucionários. Quanto à retórica que votar em Lula seria defender a soberania nacional, basta ver que Lula negocia a entrega de terras raras e a instalação de centros de dados imperialistas, além das privatizações, para se desfazer da farsa.

QUAL O PAPEL DOS PARTIDOS E CORRENTES REVOLUCIONÁRIAS?

Com o trabalho criminoso e, em alguns casos, traidor desenvolvido pelos reformistas e centristas durante o período eleitoral, os revolucionários se encontram em um momento conjuntural de isolamento extremo, nada propício para levantar suas bandeiras contra o parlamentarismo, uma vez que se mantém e até crescem as ilusões na democracia e instituições burguesas, es-

...

[As esquerdas] trazem em seu bojo o **REFORÇO DAS ILUSÕES DEMOCRÁTICAS NO SEIO DAS MASSAS, típico dos reformistas e centristas que tratam o momento eleitoral como decisivo**, e se apoiam na **ilusão de que é possível instaurar um governo operário e/ou popular pela via eleitoral** e que este seja capaz de impor e aprovar reformas progressivas no seio do capitalismo apodrecido; inclusive, realizar uma mudança na relação de forças implantando “conselhos populares” pela via eleitoral. ■

pecialmente pela ausência de uma direção revolucionária não permitem que as massas rompam com a farsa eleitoral e ajam seguindo sua estratégia própria, de forma que passam a servir de base de manobras dos partidos democratizantes e alimentando suas ilusões democráticas. Contudo, “Lênin irá defender que os marxistas não devem se negar a participar do pleito eleitoral por princípio e menos ainda quando se está em condições tão desvantajosas, mas para participar sempre como uma tática conjuntural claramente definida, subordinada ao objetivo da revolução social; ou seja, uma atuação nas eleições e no parlamento serão de denúncia do próprio sistema eleitoral e das instituições burguesas, de defesa

do programa da revolução social e seus métodos de luta. Lembremos ainda que Marx aponta que o parlamento é o balcão da burguesia, não havendo possibilidades de transformá-lo a partir de seu interior, preparando e “construindo” o socialismo”. (Trecho retirado do editorial nacional do OI 36).

Nós do PPRI, nestes momentos, defendemos o voto nulo programático, uma vez que as condições impostas pela legislação burguesa – restritiva e ditatorial – impedem ao partido de apresentar seus candidatos e defender abertamente sua estratégia. Não somos principistas afirmando que nunca se deve participar das eleições, como ocorre com algumas correntes ultraesquerdistas que usam do “abstencionismo revolucionário” para justificar sua inação e o voto nulo por princípio. Essa compreensão exige do partido uma defesa ferrenha e inegociável do programa revolucionário do partido, sendo este um passo necessário no objetivo de construir uma verdadeira oposição revolucionária em luta nas organizações de massas contra qualquer que seja o governo burguês de turno, sobre a base das reivindicações que se chocam com os governos capitalistas, com organização independente e os métodos próprios da luta de classes, sob a estratégia da revolução social e do governo próprio das massas, um governo operário e camponês como expressão da ditadura do proletariado, para assim caminhar rumo ao socialismo. ●



DESFECHO DA GREVE DA EDUCAÇÃO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

A greve convocada pela COEDUC (SINPEEM, SINESP e SEDIN) foi enterrada pela burocracia após 24 dias de paralisação das atividades escolares, impondo mais uma derrota ao magistério municipal. Na última assembleia, de 21/05, a UICC distribuiu um boletim, em anexo, alertando a categoria de que a condução burocrática das assembleias somada a política divisionista e corporativista das direções nos levaria a mais uma derrota se a categoria não passasse por cima das direções pelegas e se dispusesse a mudar o curso do movimento radicalizando os métodos de luta e propondo um plano comum de reivindicações para construir de fato a unidade, no entanto, novamente não houve abertura na assembleia para que outras propostas fossem defendidas.

As direções do Fórum das entidades do funcionalismo municipal já haviam enterrado a greve no dia 14/05, uma semana antes, com um protocolo extremamente rebaixado, que sequer deixava claro o pagamento dos dias parados mediante reposição. Lembrando que, essa saída já era esperada após ter mantido o funcionalismo nas inócuas vigílias na câmara.

Já as direções da COEDUC que foram as que mais alimentaram o divisionismo durante toda a greve, mantiveram a paralisação por mais uma semana na expectativa de negociar um "protocolo melhor" e, como já havíamos alertado no boletim do dia 21/5, abandonaram a defesa das reivindicações para conseguir um protocolo para sair da greve. E foi justamente o que conseguiu, um protocolo semelhante ao dos anos anteriores, recheado de promessas vazias de estudos e grupos de trabalho por parte da prefeitura, com a fixação de alguns prazos para chamada e abertura de concurso público que não passa de obrigação legal do prefeito, obviamente com a exigência de encerramento da greve para que o governo retirasse o processo de judicialização do movimento, e publicasse uma instrução normativa com os critérios para reposição dos dias para-

dos. Sobretudo, não foi esse protocolo de promessas que induziu a categoria a concordar com o encerramento da greve, e sim mais uma manobra do burocrata Claudio Fonseca/PCdoB, que antes de ler o protocolo na assembleia propagandeou como vitória a retirada da transformação do cargo de PEI em PEIF do protocolo, induzindo a categoria a acreditar que isso significaria a revogação desse artigo da lei 18.463/26. Mas, quando publicado o protocolo, a categoria verificou que a revogação não aconteceria.

Após alguns dias de encerramento da greve, no dia do pagamento (29/05) vários trabalhadores amargaram o desconto dos dias parados, sem nenhuma publicação até esse momento da normativa sobre a reposição dos dias de greve.

Sobretudo, caracterizamos que apesar da enorme disposição de luta dos trabalhadores demonstrado nos altos índices de adesão à greve, chegando a 80% em algumas regiões, bem como das manifestações massivas com mais de 30 mil trabalhadores nas ruas, a burocracia sindical é responsável por impor mais uma derrota ao funcionalismo municipal, pois nenhuma das reivindicações foram atendidas, assim como o governo manteve o arrocho salarial com um "reajuste" abaixo da inflação. Os trabalhadores precisam assimilar os motivos que nos levaram a derrota, que foi sem dúvida nenhuma, acima de tudo, a política divisionista das direções e de contenção das tendências de radicalização, pois nós tínhamos uma enorme possibilidade de parar São Paulo contra a política privatista em curso por Tarcísio/ e Nunes, unificando as lutas dos professores da rede estadual, do conjunto do funcionalismo municipal e dos estudantes das universidades estaduais paulistas, mas as direções optaram pela fragmentação das lutas em função dos seus interesses corporativistas e eleitoreiros. Destacamos ainda como elementos que contribuíram para a derrota dos trabalhadores: 1) a condução burocrática das assembleias, que impediu a defesa de outras

propostas advindas da base ou das correntes de oposição, anulando completamente a democracia operária nas assembleias; 2) A ausência de organização centralizada dos comandos de greve por parte das direções sindicais, que simplesmente abandonaram os comandos em várias regiões; 3) A farça da radicalização da greve por parte principalmente da direção do SINPEEM, que discursou durante essa greve contra as vigílias na câmara apenas para impedir a unidade com o fórum das entidades, mas também manteve o movimento na maior parte do tempo sob a política imobilista, com apenas duas ocupações de avenidas em 24 dias de greve.



(...) a burocracia sindical é responsável por impor mais uma derrota ao funcionalismo municipal, pois nenhuma das reivindicações foram atendidas, assim como o governo manteve o arrocho salarial com um "reajuste" abaixo da inflação.

OS TRABALHADORES PRECISAM ASSIMILAR OS MOTIVOS QUE NOS LEVARAM A DERROTA...

O desfecho da greve deixa, mais uma vez, bem claro que o acúmulo de derrotas é o resultado de uma política burocrática que se nega a desenvolver uma greve radicalizada e apoiada nas iniciativas dos setores mais avançados do movimento e das bases, para passar meses negociando a portas fechadas algumas migalhas que possam apresentar como vitórias, impedindo assim que os trabalhadores possam enfrentar os ataques com a luta de classes e impor ao governo suas reivindicações. A superação dessa direção pelega e eleitoreira é uma tarefa urgente e exige construir uma direção classista e combativa na direção das lutas. ●

PPRI
Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista

INDEPENDENTES

15/05/2026

Nº46

BUROCRACIA DA COEDUC PAVIMENTA AS ESTRUTURAS PARA IMPOR MAIS UMA DERROTA À CATEGORIA

A condução burocrática das assembleias sem participação nenhuma da base e demais correntes políticas tem mantido a greve no imobilismo apesar dos discursos “radicalizados”

A greve da educação municipal, que ultrapassa 20 dias, se encontra em um momento de grande impasse: de um lado o governo avança no seu projeto privatista e impõe a manutenção do arrocho salarial ao conjunto do funcionalismo com a aprovação da lei 18.463/26 e, do outro, as burocracias sindicais optam por não avançar nos métodos da luta de classes para enfrentar os ataques de Nunes/ MDB.

Isto porque as burocracias sindicais possuem interesses distintos aos dos trabalhadores, ou seja, enquanto os trabalhadores demonstram uma enorme disposição de luta com grande índice de paralisação das escolas e a massividade nas ruas por compreender a gravidade dos ataques, a direção do SINPEEM e seus seguidores estão preocupados apenas com as disputas eleitorais, de forma que a luta nas ruas precisa ser contida justamente para dar lugar logo mais a “luta nas urnas”.

Significa dizer que as direções sindicais que estão negociando com o governo desde fevereiro já sabiam que o governo não estava disposto a negociar NADA, nem migalhas, porque Nunes também está envolto nesse processo, no qual precisa demonstrar aos capitalistas que financiam sua campanha o quanto está disposto a sangrar os trabalhadores para desviar recursos para os empresários que lucram com a educação.

Diante desse quadro, a burocracia precisou construir uma narrativa mais radical durante esta greve, com discursos inflamados no carro de som durante as assembleias, assim como realizar duas ocupações de avenidas importantes, a 23 de maio e a Paulista, mas que

se esgotaram em si mesmas, pois não deram vazão a outras ações de enfrentamento direto com o governo, pelo contrário, a greve foi mantida no imobilismo na sua maior parte até agora. Esses discursos radicalizados que não se concretizaram na prática serviram aos objetivos eleitorais, mas também para manter a política divisionista com o Fórum das entidades do funcionalismo municipal, em uma disputa corporativista vergonhosa, que se sobrepõe às reais necessidades do funcionalismo.

Sobretudo, frente ao impasse criado pelas direções sindicais ao movimento grevista, na qual a pauta de reivindicações é substituída pelo objetivo de negociar “um protocolo melhor” (mantendo a rinha com o Fórum), cabe aos trabalhadores em luta tomar nas suas mãos a condução dessa greve, reconhecendo que já não terá o mesmo potencial diante da quebra na unidade com o funcionalismo, mas que é possível restabelecer o campo da luta de classes, com comandos de greve centralizados para pensar atividades e fornecer a estrutura para os comandos regionais (que até agora atuaram sem nenhum apoio) e assembleias onde a categoria possa discutir e deliberar outros encaminhamentos que não sejam ficar mendigando reconhecimento da Câmara, mas discutir trancaços, ocupações, interrupções de vias em horário de pico, unidade com os estudantes em luta, dentre outras ações de verdadeiro enfrentamento ao governo. Para isso, é preciso restabelecer primeiramente a democracia operária nas assembleias, não podemos admitir o monopólio das falas e proposições apenas por parte das direções. Basta de silenciamento da base! ●

DEFENDEMOS:

- FORTALECIMENTO DA GREVE COM OS MÉTODOS DA AÇÃO DIRETA, COM GRANDES MANIFESTAÇÕES E OCUPAÇÕES DE PRÉDIOS E AVENIDAS!
- UNIDADE COM OS ESTUDANTES DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS!
- AMPLA DEMOCRACIA NAS ASSEMBLEIAS!
- TODA ESTRUTURA NECESSÁRIA PARA INTERVENÇÃO DO COMANDO DE GREVE NAS REGIÕES!
- GARANTIA DE EMPREGO COM EFETIVAÇÃO E ESTABILIDADE A TODOS!
- REAJUSTE REAL DOS SALÁRIOS COM INCORPORAÇÃO IMEDIATA DOS ABONOS COMPLEMENTARES. ABAIXO A POLÍTICA DE SUBSÍDIOS AOS SALÁRIOS! E FIM DO CONFISCO AOS APOSENTADOS!
- FIM DA POLÍTICA DE TERCEIRIZAÇÃO E PRIVATIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO E DEMAIS SERVIÇOS PÚBLICOS! PELA REVOGAÇÃO IMEDIATA DA LEI 18.221/2024
- NÃO AO REAJUSTE DE 2%!! EM DEFESA DOS CEIS DIRETOS!!! ABAIXO A LEI 18.463!
- CONSTITUIÇÃO DE UM FUNDO DE GREVE PARA GARANTIR A MANUTENÇÃO DA GREVE MESMO DIANTE DE POSSÍVEIS CORTES AO SALÁRIO!

O parlamento é derrota certa do professorado paulista, é a via da burguesia para impor as *medidas de ataques impostas* pelo governo de Tarcísio/Feder

A reforma administrativa da educação paulista segue em tramitação na ALESP. Apesar do pedido de urgência por parte do governador do estado de São Paulo, o PL 1316/2025 recentemente recebeu uma emenda – nº14, que reúne propostas de líderes partidários, tanto da base do governo quanto das demais bancadas. Essas propostas serão analisadas antes da formulação do texto final, contudo, diante das reivindicações dos professores durante a paralisação de abril, o governo sinalizou um recuo em pontos polêmicos como a remoção compulsória por desempenho e ajustes na contagem de faltas. O governo realiza uma manobra que evita criar condições de novos movimentos, enquanto a burocracia se aproveitará dessa manobra para apresentar uma “vitória” e fazer campanha para eleger deputados de “esquerda” como via para mudar a “correlação de forças” na Alesp e garantir mais vitórias.

Está claro que os dois dias de paralisação, chamados pelo sindicato dos professores – APEOESP, não foram suficientes para a derrubada do PL. Conforme denunciemos, o recuo do governo estadual e a retirada de pequenos pontos do PL não resolvem o conjunto de ataques que essa nova reforma prevê, uma vez que seu cerne punitivo se encontra na avaliação de desempenho, elemento subjetivo de perseguição, adoecimento e demissão docente nos últimos anos.

É possível observar, dentro da dinâmica da perseguição docente, que o Estado de São Paulo não mede esforços para buscar uma nova estratégia punitiva a cada “derrubada” que sofre na ALESP ou recurso aprovado na Justiça em favor do sindicato. Recentemente vimos o investimento em mais uma plataforma, a de vigilância e controle do

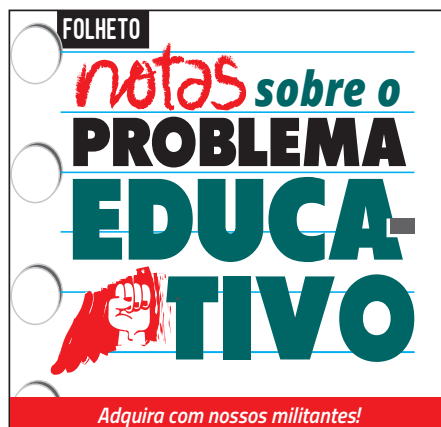
e a militarização implantam regras rígidas sem base pedagógica e questionáveis, até mesmo pela justiça burguesa. O enfraquecimento do Centro Paula Souza, impulsionando o ensino técnico dentro do PEI e o notório saber dentro das escolas estaduais, o que desestruturou as Etecs e Fatecs, referências no ensino técnico público.



Os ataques desferidos pelo atual governo estadual são inúmeros, tentar barrá-los pela via institucional é como demonstra a experiência de mais de dez anos sem greve, a via da derrota. **APENAS A AÇÃO DIRETA DE MASSAS, É CAPAZ DE BARRAR TAIS MEDIDAS DE ATAQUES!**

trabalho docente, onde a geolocalização controlará a presença dos professores na escola. Se de um lado há um “recuo” da pauta na reforma administrativa do outro há aplicabilidade do pente fino do governo sobre a presença dos professores no espaço escolar. Junto a este novo ataque, soma-se o corte de R\$ 11,3 bilhões de reais no orçamento, reduzindo de 30% para 25% o percentual obrigatório de investimento, retirando recursos de infraestrutura, salário e materiais. A privatização de 33 escolas públicas entregues à iniciativa privada por 25 anos. Extinção e redução de disciplinas de humanas, um corte de 35%, reduzindo a formação crítica e cidadã. Fechamento de turmas noturnas e EJA, dificultando o acesso de quem precisa trabalhar e estudar. 40 mil professores desempregados, cortes massivos colocaram fim nos contratos temporários e a falta de novas contratações sobrecarregam as unidades escolares. O PL 1316/25, apontado no início desta nota, sinaliza o fim da carreira docente ao acabar com a estabilidade, progressão e direitos históricos da categoria. Gastos milionários com plataformas digitais, quase R\$ 500 milhões investidos. Bloqueio de verbas de manutenção, a ausência de repasse para estes recursos deixa as escolas cada vez mais em estado precário. Modelo cívico-militar

Os ataques desferidos pelo atual governo estadual são inúmeros, tentar barrá-los pela via institucional é, como demonstra a experiência de mais de dez anos sem greve, a via da derrota. Apenas a ação direta de massas é capaz de barrar tais medidas de ataques! Mas, para isso é necessário que o sindicato dos professores – APEOESP, abandone a camisa de força da conciliação de classes e parta para o campo próprio dos métodos dos trabalhadores, resgatando as fortes paralisações e greves de anos anteriores. Ao abandonar esses métodos e alimentar ilusões na categoria com a falácia de que é possível encontrar saídas pela via do parlamento, pelas ações jurídicas e o reforço das ilusões democráticas advinda das eleições burguesas, a direção mais uma vez trai àqueles que deveria representar, uma vez que impede a categoria desenvolver uma luta forte e radicalizada capaz de impor ao governo suas reivindicações. A burocracia está mais interessada em sacrificar a categoria em prol da reeleição de Lula e de fazer campanha por Haddad para o governo estadual de São Paulo. Não haverá como superar as traições sem dar uma luta que varra a burocracia e recupere o sindicato para a luta de classes e a independência política dos partidos e estados burgueses.



Apeoesp e sua direção majoritária (PT, PCdoB e PSOL) adiam para o próximo ano as eleições sindicais, abandonam completamente a defesa da categoria para se dedicar à campanha pela reeleição de Lula

Na última reunião do Conselho Estadual de Representantes (CER), ocorrida em 6 de maio, a direção majoritária deliberou o adiamento das eleições sindicais e impôs seu calendário de pressão parlamentar contra a reforma administrativa de Tarcísio Nunes (Republicanos) PLC 1316/2025.

Num cenário de intensos e sistemáticos ataques à categoria, a burocracia demonstra seu completo desprezo aos problemas vividos pela categoria, como o desemprego de milhares, o arrocho salarial, a intensa e constante pressão pelos índices de “produtividade” que são usados através da famigerada “avaliação de desempenho”, que tem servido para a demissão não só de professores, mas de gestores e, inclusive, para os cargos de supervisão e de dirigentes de ensino.

Nos últimos anos, a direção majoritária, completamente submetida à frente ampla do governo burguês de Lula-Alckmin, faz o chamado de paralisações pontuais para reforçar ou lançar campanhas parlamentares e ações jurídicas. Essas são usadas em oposição à necessidade do chamamento de uma greve por tempo indeterminado até reconquistar tudo o que foi retirado pelo governo nos últimos anos. Seu principal argumento contra a greve se pauta no medo, apelando para o terror que o governo produz sobre a categoria, quando se diz, por exemplo, que, se houver uma greve por tempo indeterminado, o governo irá demitir parte dos professores contratados. Para os que são mais experientes, está claro que quem sempre fez esse terrorismo discursivo foram os governos nas várias greves que a categoria enfrentou para garantir e conquistar direitos e melhores salários. O uso do discurso do governo pela burocracia é uma forma aberta de assimilação da prática governista pela direção e de servir aos interesses desses governos contra a categoria. É parte do oportunismo e da necessidade de ter que esconder sua política aberta de traição, que deixa o caminho aberto para o governo agir, aprofundando os ataques.

Nos últimos anos, a direção majoritária fez paralisações apenas para tentar negociar junto ao governo as migalhas de reajuste e, um ou outro ponto menor da pauta, que depois é chamado como “vitória da categoria”. Assim, a direção vem quebrando a disposição de luta do professorado e rasgando suas tradições de luta que, cada vez mais, se vê frustrado, ampliando sua desconfiança na direção sindical e nos próprios métodos da luta grevista, ficando grande parte da categoria indiferente. Um exemplo dos resultados dessa “política” burocrática é que, no ano passado, o governo deu míseros 5% já previstos na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias); neste ano, mesmo depois da paralisação de 2 dias, o governo nada deu, além dos míseros 5% do reajuste anual do Piso Nacional. Esses últimos reajustes passam longe das grandes perdas dos poder de compra dos salários dos professores. Segundo o DIEESE, o salário mínimo real hoje deveria ser de 7.612,49 reais. Isso mostra o quanto estamos distantes de um salário que garanta nossas reais necessidades econômicas. O arrocho é mantido tanto pelos governos municipais, passando pelos estados e pelo próprio governo federal, quando olhamos para o Piso nacional.

Nas poucas paralisações existentes, a direção majoritária aposta quase que exclusivamente nos chamados publicitários, com as caríssimas matérias pagas na Rede Globo e nos grupos de mídias sociais como se isso fosse intimidar o governo ou servir de substituto à organização da categoria para a luta.

Não por acaso se recusa a ir no chão das escolas, construir os comandos de bases etc. Em parte isso reflete sua política de abandono das bases, mas também o medo das bases que a desprezam, dada sua política de traição. Os poucos comandos que ocorrem são de uma ala minoritária dessa direção e o restante fica a cargo dos poucos grupos de oposição que restaram depois da fusão entre a articulação sindical (PT) e as inúmeras correntes do PSOL, a partir do “Fórum das Seis” (com os maiores grupos da ex-oposição). As falas das lideranças desses grupos, que se intitulam “Chapa Uma” nas reuniões de representantes e nas assembleias, denunciam sua adaptação à política petista e a sua completa degeneração.

O golpe mais absurdo feito contra a categoria no CER foi a deliberação pelo adiamento das eleições sindicais que teriam que ocorrer esse ano. Os argumentos utilizados pela direção revelam como ela vem destruindo a democracia operária do sindicato em favor da defesa do governo Lula. Os principais dirigentes argumentaram que é preciso focar nas eleições gerais que devem, a todo custo, eleger Lula contra o que chamam de “fascismo”, representado pela extrema direita. Um dos dirigentes chegou a falar dos gastos com as eleições, deixando escapar que o dinheiro do sindicato é também utilizado para as eleições de seus candidatos que concorrem às eleições burguesas. Ou seja, as direções abandonam as lutas e a democracia operária que é a base da existência dos sindicatos em favor da politicagem burguesa; saem do campo próprio dos trabalhadores para entrar no campo de disputa interburguesa. Resumindo: a direção majoritária se converteu praticamente em agentes políticos da burguesia, portanto, em verdugos e carrascos das bases que a elegeu para defendê-la dos ataques dessa.

O governo de Tarcísio aplica em São Paulo a mesma política de arrocho salarial, retirada de direitos, avaliações de desempenho, redução das verbas para os setores sociais, principalmente educação e saúde, conforme faz o governo Lula. O que São Paulo faz com o funcionalismo público é a versão estadual da mesma política, pautada no arcabouço fiscal federal que sequestra a renda dos trabalhadores em favor do parasitismo financeiro da Dívida Pública. A prova concreta dessa política no governo Lula é a greve dos funcionários das universidades federais que está prestes a completar 4 meses, lutando para que o governo garanta sua palavra em relação ao acordo da greve de 2024. Ao defender a reeleição de Lula, a burocracia defende essa política de ataques contra os assalariados. Daí que deve permanentemente trair e abortar as tendências grevistas.

Isso acontece porque estamos diante de uma crise de direção cada vez mais profunda, onde as correntes de esquerda abandonaram completamente a análise de classe e a estratégia revolucionária do proletariado, assimilando o democratismo burguês. O abandono da construção da luta pautada em seus próprios métodos, com independência de classe, tende a jogar as massas exploradas numa barbárie cada vez mais profunda. E isso se reflete na Apeoesp na fraqueza ou ausência de uma verdadeira oposição revolucionária capaz de lutar e conquistar a direção do sindicato, varrendo a burocracia para fora. Assim, a tarefa colocada continua sendo fortalecer essa oposição, cujo embrião está se formando com a Unidade Independente Classista e Combativa (UICC). Seu fortalecimento é um passo para avançar na luta pela independência político-organizativa da Apeoesp da política e partidos burgueses. ●



O ATO DA NAKBA FOI DILUÍDO NO BATUQUE CARNAVALESCO E NO ELEITORALISMO QUE DESCARACTERIZARAM SEU CONTEÚDO

No dia 16/05, foi realizado o ato pelos 78 anos da Nakba (“Catástrofe”, em árabe), que aconteceu em meio ao acirramento da violência terrorista sionista contra os palestinos, libaneses e os membros da Global Summud Flotilha que foram sequestrados e torturados pelo regime genocida de Israel.

Às 14h começou o ato e às 16h incorporaram-se o Cordão da Mentira e as Mães de Maio. Cordão da Mentira é um bloco carnavalesco que realiza manifestações culturais para contestar e escrachar o golpe militar de 1964 e militares torturadores e seus cúmplices. As Mães de Maio representam os mais de 500 jovens assassinados pela PM nas periferias, em uma retaliação a um ataque do PCC em 2006.

Antes da manifestação sair em marcha, falaram os coordenadores da Frente Palestina São Paulo (FPSP) e organizações ligadas a movimentos e organizações palestinas e libanesas. Falaram ainda os membros da Global Summud Flotilha que foram alvo de sequestro e torturas, bem como Zé Maria (dirigente do PSTU) e outros perseguidos e criminalizados pelo sionismo em nosso país. Nas suas falas, as Mães de Maio denunciaram a violência terrorista do estado e de forma oportunista chamavam a derrotar Tarcísio e o Bolsonarismo, mas não houve críticas ou denúncias dos estados governados pelo PT que também realizam crimes de estado contra a juventude negra e oprimida, como na Bahia. Assim, a “unidade” de ação acabaria servindo de palanque ao eleitoralismo disfarçado.

Após a mobilização do ato desde o MASP até Al-Janiah, ao som do batuque carnavalesco, somente no final foi reaberto o caminhão para as falas de organizações, correntes e partidos da FPSP. Porém, muitas pessoas começaram a se retirar ou entrar em Al-Janiah (restaurante árabe). O PPRI avaliou que não fora garantido o direito democrático às correntes e partidos falarem durante o próprio ato da Nakba e que depois do batuque e em meio à dispersão, as falas políti-

Quando a caça de votos se troca pelo sangue dos oprimidos suas consequências são o esvaziamento e deformação democratizante dos movimentos. Somente com um programa revolucionário e organizando uma **FRENTE ÚNICA BASEADA NA LUTA DE CLASSES** se imporá o fim do genocídio e do terrorismo do regime burguês.

cas ficaram descaracterizadas e diluídas, e decidimos nos retirar. Durante o ato e a marcha, o PPR distribuiu seu Manifesto (pag 17).

O que importa destacar é que a composição e caráter do ato acabaram diluindo a denúncia contra o holocausto palestino em meio ao batuque e aos chamamentos eleitoralistas acobertados. O Cordão da Mentira e as Mães de Maio serviram de base de manobra para os partidos democratizantes fazerem propaganda eleitoral. As ilusões democráticas no governo de Lula servem a objetivos antagônicos aos da luta pelo fim do genocídio palestino e do terrorismo de estado. Quando a caça de votos se troca pelo sangue dos oprimidos suas consequências são o esvaziamento e deformação democratizante dos movimentos. Somente com um programa revolucionário e organizando uma frente única baseada na luta de classes se imporá o fim do genocídio e do terrorismo do regime burguês. ●

FOLHETO

Pontos para uma Resolução Internacional

Situação Nacional

Apresentadas às Conferências Regionais
do POR - 2023

Fração G. Lora – Em defesa do programa
Dezembro de 2022

Adquirir com nossos militantes!

ppri.partido@proton.me
correntesindicalmarxistagloria@proton.me
csm.roraima@gmail.com

15 de maio de 2026 / nº 109



PPRI
Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista



ppri4.org



PPRI.PARTIDO

→

78 ANOS DA NAKBA

Manifesto do PPRI

O sionismo continua a limpar etnicamente a Palestina e exterminar por meio de um contínuo holocausto ao povo palestino

SEM A GUERRA TOTAL E UNITÁRIA DAS MASSAS MUNDIAIS PELA DERROTA TOTAL DO SIONISMO E DO IMPERIALISMO, PELA DESTRUIÇÃO DE SUAS BASES ECONÔMICAS E POLÍTICAS EM CADA PAÍS, E SEM A DESTRUIÇÃO DE ISRAEL, PALESTINA NÃO SERÁ LIVRE!

Mais um ano se passou desde que em 1948, há 78 anos, os colonialistas sionistas firmaram o pé na Palestina, começando a limpeza étnica e um genocídio planejado do povo palestino desde as mesas do imperialismo britânico, primeiro, e dos Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial. O estado colonial, terrorista e genocida de Israel começou sua existência aplicando a barbárie social contra o povo que há milhares de anos habitava as terras reclamadas como direito divino pelos sionistas.

A Nakba (Catástrofe) tem um claro significado para os palestinos: deu começo a um genocídio praticado como somente os nazistas fizeram contra os judeus. Desde fins do século XIX, o sionismo se organizou como força ocupante e enclave do imperialismo. A ONU criou um estado artificial para servir aos interesses monopolistas - com a cumplicidade da URSS burocratizada. O batismo de nascimento de Israel foram 750 mil palestinos expulsos das terras e milhares de massacrados. Como se pode ver, o estado sionista se institui recorrendo à guerra de extermínio e ao holocausto visando ocupar as terras, roubar recursos e criar uma base desde a qual se submeteria as nações árabes, explorariam seus recursos naturais e iriam modificar à força as fronteiras nacionais para servir a seus interesses.

O que o sionismo pratica na Palestina afunda suas raízes raciais e ideológicas no fascismo, mais especificamente, reproduz sob nova forma a política e os métodos do nazismo. A "solução final" dos sionistas para os palestinos - acobertada de delírios bíblicos - é arrasar com a vida, moradias, cidades, produção agrícola palestina etc. e fazer de Gaza um negócio em benefício do capital financeiro e dos monopólios. Cisjordânia foi decretada como terra do estado judeu, o que acelerou a destruição de sua soberania e a transformar em mais um laboratório do holocausto, como acontece em Gaza.

Não vamos aqui fazer a contabilidade das atrocidades perpetradas pelos genocidas contra suas vítimas. Já ficou absolutamente claro que os palestinos sofrem um holocausto. Basta essa síntese para jogar no lixo as explicações do imperialismo e sionismo de que tudo se deve ao ato legítimo de resistência soberana dos palestinos de 7 de outubro de 2023. O que é relevante agora destacar é que esses métodos terroristas, racistas e genocidas se expandem por todo o mundo visando a proteger com impunidade a essa corja de assassinos, racistas e parasitas que se chamam sionistas.

Trump e Netanyahu são as faces que apresentam o real conteúdo de classe e seus objetivos da guerra travada pela burguesia mundial contra os explorados e oprimidos. Palestina, com antes África e América Latina, é mais um laboratório social de até onde podem ir os capitalistas para impor seus interesses e manter seus

lucros. Portanto, cabe aos oprimidos declarar a guerra total e em todas as frentes contra seus inimigos. A ONU, a Corte Internacional de Justiça, o Tribunal Penal Internacional e o direito internacional erguidos pela burguesia mostraram seus limites quando suas leis e resoluções são ignoradas pelos interesses da própria burguesia. Não deve haver, portanto, qualquer ilusão das massas que sofrem da barbárie desses criminosos de recorrer a esses organismos. Não é tampouco com votos e nem medidas legais ou jurídicas que se freará o terrorismo fascista do sionismo que estende seus sustentáculos e mecanismos intervencionistas no Brasil.

Sem romper com Israel, Lula deixa campo aberto para que o sionismo atue impunemente nosso país e coopte as instituições burguesas para a perseguição e a criminalização do movimento, organizações e figuras públicas e partidárias que denunciam o genocídio palestino. Como é o caso de Zé Maria, condenado a dois anos pelo suposto "crime" de defender a destruição de um estado artificial, colonial, racista e genocida conhecido como Israel. Não é objetivo tampouco do PL 1424 da infame Tábata Amaral extirpar as odiosas manifestações de discriminação racial, nacional, religiosa ou étnica contra os judeus. Mas, sim dar um corpo jurídico à perseguição e criminalização para assim avançar na destruição das liberdades democráticas de livre expressão e organização daqueles que denunciam, lutam e se organizam contra o genocídio de um povo oprimido. Está aí o exemplo da condenação de Zé Maria por dizer claramente qual a tarefa colocada historicamente aos explorados.

A punição dos genocidas presentes no Brasil e seus agentes políticos, a exemplo da Tábata Amaral, será a obra das massas impondo ao governo com a luta de classes que diplomatas, turistas e agentes israelenses sejam expulsos a patadas do país, sua embaixada fechada, as ONG que servem de fachada à defesa do holocausto clausuradas e as empresas israelenses expropriadas e estatizadas sob controle dos trabalhadores e da população com apoio do movimento pró-palestina. Enquanto não fizermos isso, o sionismo continuará sequestrando membros da Global Sumud Flotilha em águas internacionais e em outras partes; continuará torturando impunemente e matando de fome ou sede a milhares de presos políticos palestinos e de todas as nacionalidades; continuará trucidando os palestinos e normalizando isso controlando a grande mídia burguesa. **Se não paramos o terrorismo de Israel em escala mundial com a ação direta de massas, os sionistas continuarão agindo impunemente! Os genocidas só entenderão a linguagem da violência revolucionária que freará a violência reacionária!**

Para os palestinos se autodeterminarem e encerrar a tragédia de mais de 78 anos, como assinalamos nossa nota em apoio a Zé Maria (Manifesto nº 106, 29/04/2026), a tarefa

continua →

→ imediata e histórica é *“Destruir o estado sionista é a bandeira mais justa e humana de acordo com o real direito das massas palestinas a se autodeterminarem em seus territórios ancestrais, e resistir com tudo a seu dispor para evitar seu desaparecimento nacional, cultural e físico”*. Esse é o dever de todos os que dizem defender a causa palestina. Não pode haver falsas ilusões que o estado de Israel poderá conviver junto de um Estado Palestino. Se algo ficou claro nestes 78 anos da Nakba, é que não existirá autodeterminação sem a destruição dos estados e regimes burgueses, somente assim haverá libertação dos povos e nações oprimidas, lhes permitindo conquistar sua real autodeterminação. Destruir Israel até a última pedra, expulsar os colonialistas junto de seu financiador e protetor, o imperialismo, é o único que libertará a Palestina da opressão e do holocausto, e que criará que todos os judeus que querem viver e cooperar com o desenvolvimento de um estado palestino uno, livre do rio ao mar, terão seu lugar em sua construção.

Como dar um passo para cumprir esse objetivo? No Brasil, a tarefa mais urgente é superar um poderoso obstáculo que são as direções sindicais e políticas que se submeteram ao governo burguês de Lula que continua negociando e financiando o sionismo, portanto, cúmplice - objetiva e factualmente - do holocausto palestino. Essa hercúlia superação permitirá que os explorados encarnem e levem à prática, com seus próprios métodos e estratégia, a luta pelo fim do genocídio destruindo o sionismo. É preciso construir as oposições revolucionárias que tenham por objetivo romper com a submissão das organizações das massas aos governos burgueses, conquistando a independência de classe, política e organizativa, da burguesia e os partidos que lhe servem de instrumentos - ali incluídos o PT e partidos aliados, para pôr os sindicatos e organizações populares à vanguarda da luta pela expulsão e expropriação dos sionistas, e para impor ao governo burguês de Lula a ruptura imediata e incondicional de todos os acordos com israel.

Assim é que iremos contribuir com a derrota do sionismo e a vitória dos palestinos e libaneses. Assim é que ajudaremos na destruição do estado sionista e constituição de um estado Palestino uno e socialista, livre de toda forma de opressão social e nacional. Assim daremos ainda o primeiro passo para que as massas abracem a estratégia dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio, conquistados pelas massas árabes insurretas sob a estratégia da revolução proletária.

A batalha dos palestinos sob a bandeira da Palestina livre não é apenas dos palestinos para sua sobrevivência, mas é parte da guerra civil que a classe operária deve travar para acabar com a barbárie capitalista que ameaça afundar a humanidade sob os escombros e os ossos de milhões dos povos, nações e classes oprimidas. A erradicação total das forças econômicas e políticas que trucidam e destroem povos e nações oprimidas acontecerá com a derrubada da burguesia e seus governos, com a luta revolucionária mundial. Em meio dessa luta se forja a direção revolucionária que porá fim ao sionismo e à burguesia mundial com os métodos internacionalistas do proletariado revolucionário. ●

Expulsar os diplomatas e funcionários das ONGs sionistas, que são cúmplices do ato terrorista de raptar e torturar o cidadão brasileiro Thiago Ávila! Impor ao governo Lula com a luta de classes que se rompam imediata, incondicional e unilateralmente todas as relações, tratados e acordos entre Brasil e Israel! Pelo fim do estado terrorista de Israel! Por uma Palestina socialista!

NOTAS OPERÁRIAS

05 de junho de 1967 / Guerra dos Seis Dias

 Nesse dia, há 57 anos, Israel realizou um ataque militar contra a coalizão árabe da Síria, do Egito e da Jordânia que se negava a aceitar a criação do estado sionista. O imperialismo não apenas tinha armado ao exército sionista com armas e equipamentos avançados, como lhe proveu informes de inteligência da disposição das tropas egípcias, sírias e jordanas. Seis dias depois do ataque, foi declarado o cessar-fogo. Após a derrota dos países árabes, Israel tomaria posse de milhões de hectares do Egito (Sinai), Jordânia (Cisjordânia) e Síria (Colinas do Golã), dobrando seu tamanho desde 1948.

A derrota dos países árabes não se deveu ape-

nas ao apoio do imperialismo a Israel, mas, sobretudo, ao abandono da URSS controlada pela burocracia, quando se negou a ajudar ou participar da guerra junto de seus aliados árabes. Após muitos anos, apenas foi devolvida a Península do Sinai, e parte dos territórios da Jordânia, em troca do reconhecimento de Israel. Mas, Gaza e Cisjordânia ficariam sob controle e ocupação sionista até hoje, e os Altos do Golã viriam a ser totalmente ocupados após a derrubada de Al-Assad na Síria - que também contou com ajuda israelense.

A Guerra dos Seis Dias foi um elo planejado no objetivo da colonização sionista de territórios árabes.

A atual fase da limpeza étnica e do genocídio sobre os palestinos, bem como o expansionismo na Síria e Líbano, nada mais é que uma “solução final” do sionismo e imperialismo para dominar a região, roubar suas terras e explorar seus recursos naturais em favor de suas burguesias. Porém, palestinos e libaneses continuam resistindo e, hoje, contam com o apoio da República Islâmica iraniana. Por isso que o imperialismo e o sionismo visam a destruir o Irã e remover o último obstáculo a seus objetivos.

A tarefa das massas mundiais e árabes é ajudar os palestinos e libaneses a conquistarem sua autodeterminação. Devem-se unificar sob um plano para

estrangular a indústria militar e paralisar o envio de armamentos e ajudar na derrota de Israel e dos EUA. O proletariado tem uma importante tarefa a cumprir nessa luta impondo a ruptura de todos os acordos entre seus governos e estados com o sionismo, com os métodos da luta de classes. As condições objetivas, sociais e históricas para essa unidade de ação internacionalista estão plenamente maduras. Daí a urgência de reconstruir o partido mundial da revolução socialista, superar as direções e governos cúmplices do genocídio e abrir a via da violência revolucionária que destrua o estado sionista e conquiste a libertação dos povos oprimidos. ●

A GREVE DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS DEIXA IMPORTANTES LIÇÕES QUE DEVEM SER ASSIMILADAS PARA ROMPER O CICLO DAS DERROTAS IMPOSTAS PELAS DIREÇÕES

O PPRI apresenta este balanço geral do movimento grevista das estaduais como um aporte teórico e político para avançar na compreensão das tendências e perspectivas da luta pela defesa do ensino superior público. Após nossa participação na greve da USP, de 2023, não tivemos como recompor nossa presença organizada com corrente no interior da USP. Assim, este balanço é uma exposição geral das lições que aprendemos naquele ano e sua importância para confrontar e entender os elementos e aspectos centrais do curso grevista deste ano que nos foi possível avaliar. De forma que apesar das lacunas quanto aos fatos práticos, acreditamos que serve para pôr de relevo os elementos essenciais do balanço político que é necessário ser feito pela vanguarda estudantil e do funcionalismo.

Em 23 de fevereiro, começou a greve dos servidores técnico-administrativos (TAES) das federais. Mais de 30 universidades iniciaram a greve e chegaram a aderir 75, baixando recentemente para menos de 50. A principal reivindicação do movimento grevista é o cumprimento do termo de acordo da greve assinado entre trabalhadores e governo em 2024. A greve ainda continua pela profunda revolta das bases, mas essas estão sendo contidas, desviadas, e afogadas pelas direções sindicais que são parte da base social e eleitoral do governo de frente ampla burguesa de Lula/Alckmin. A Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos (FASUBRA) orienta-se para atividades de pressão a parlamentares e negociações procurando do governo promessas que possam apresentar como vitória e assim encerrar o movimento, sem comprometer a campanha eleitoral.

As reivindicações da greve deste ano eram as mesmas que não foram resolvidas na greve de 2023: garantia de permanência aumentando as bolsas para um salário mínimo estadual, melhorias no serviço de comida nos bandejões (houve de larvas e vermes nas comidas), imediatos reparos de prédios de moradia estudantil já muito deteriorados, fim da política de privatizações nos serviços técnicos, compra de equipamentos para garantir condições de estudo e ensino, fim dos cortes de água e energia etc. **A revolta dos estudantes teve por conteúdo claro a não solução dos problemas colocados três anos atrás.**

Isso explica os três meses de greve sem qualquer medida de força que imponha ao governo negociar nos termos do movimento.

O isolamento dos técnicos foi conjunturalmente quebrado com a greve deflagrada pelos técnicos e administrativos da USP e, logo, pela greve dos estudantes, indicando a existência de uma profunda tendência grevista no setor da educação pública superior que é alvo de uma ofensiva de esvaziamento e privatizações. Os técnicos e administrativos da USP do sindicato SINTUSP chegaram a um acordo marco com a reitoria, saindo da greve quando o movimento estudantil ganhava projeção e se uniam a UNICAMP e a UNESP (campus de

Barra Funda, Rio Claro, Araraquara e Assis) à greve dos estudantes.

Após mais de um mês de greve, essa foi encerrada por 323 votos a favor e 255 contra na segunda assembleia geral da greve. No momento em que se desarticula a greve, um grupo reduzido de estudantes tentou ocupar um prédio, mas foi rapidamente reprimido pela PM e vários estudantes presos. Segundo informes, o DCE se negou a tratar da situação na assembleia, o que nos fatos constitui uma traição e deixou nas mãos da repressão um grupo de estudantes que batalhou pela greve. Sem conquistar nenhuma reivindicação e assumindo uma posição criminoso, UP, PSOL, PCBR e PSTU enterraram mais uma greve que sequer conseguiu impor a não criminalização dos estudantes.

As reivindicações da greve deste ano eram as mesmas que não foram resolvidas na greve de 2023: garantia de permanência aumentando as bolsas para um salário mínimo estadual, melhorias no serviço de comida nos bandejões (houve de larvas e vermes nas comidas), imediatos reparos de prédios de moradia estudantil já muito deteriorados, fim da política de privatizações nos serviços técnicos, compra de equipamentos para garantir condições

[continua](#) →

FOLHETO

notas sobre o PROBLEMA EDUCATIVO

Adquirir com nossos militantes!

Este ano, **a greve foi ainda mais massiva que a de 2023** e contou, desde seu começo, com setores das federais e do funcionalismo da USP já em greve. Mas, **como naquele ano, neste evidenciou-se mais uma vez a ausência de uma direção classista capaz de superar à burocracia de esquerda do DCE**, que mais uma vez deixou à luz sua traição ao evitar radicalizar a greve e criar condições para torcer o braço ao governo universitário e estadual. Eis como a greve de 2023 voltou a projetar sua sombra na greve deste ano. E **as traições do DCE naquele ano tiveram seus reflexos na repetição do desfecho da greve em 2026.**

→

de estudo e ensino, fim dos cortes de água e energia etc. A revolta dos estudantes teve por conteúdo claro a não solução dos problemas colocados três anos atrás.

Diferentemente de 2023, quando o Reitor e o Conselho Universitário de plantão apresentaram um plano rebaixado para negociar com os estudantes, professores e técnicos, desta vez a reitoria já desde o primeiro dia se negou a atender quaisquer das reivindicações ou apresentar um plano próprio. O movimento estudantil, assim, decidiu pela ocupação da reitoria da USP. Mas, não iria durar mais de três dias sendo desmontada pela repressão da PM no domingo 10 de maio pela madrugada. Entretanto, essa medida não conseguiu fazer refluir o movimento que, nos dias posteriores, realizou duas grandes manifestações com dezenas de milhares de estudantes. Isso obrigou o governo a marcar uma reunião com sua direção, mas sem mudar a política de “zero negociação”. Nessas circunstâncias de impasse, foi decretada greve pela ADUSP (Associação dos Docentes da USP), mas que fora encerrada após uma porca paralisação de docentes - e enquanto parte desses continuava a dar aulas. Ocorre que fora suas reivindicações próprias (3% de aumento salarial), a ADUSP não tem qualquer ponto de confluência com as reivindicações dos estudantes. Assim, a confluência grevista teve por único conteúdo se chocar com o mesmo padrão, o estado e seus agentes políticos ao interior das universidades nas reitorias.

É um fato historicamente comprovado que a “unidade formal” se opõe à unidade de ação sob um pro-

grama comum de luta que levaria a uma luta coletiva e permitiria impor, com a força dos três setores, uma derrota à política de ajustes e recortes da casta burocrática universitária, bem como do governo estadual. O certo é que após o SINTUSP e ADUSP saírem da greve, os estudantes ficaram sozinhos vendo o movimento definhar e a intransigência do governo e da reitoria se manifestar na ameaça de reprovação e jubilamento compulsório dos estudantes que não cumprirem a assistência às aulas.

A reitoria pôde ser intransigente porque viu que o governo não iria tremar em enviar a PM e porque a direção estudantil (UP, PSOL, PCBR e PSTU) visam principalmente usar os movimentos para desgastar eleitoralmente Tarcísio, portanto, priorizam a campanha eleitoral em favor dos candidatos do governo Lula. É por isso que nada fizeram para unificar com os técnicos e administrativos das federais que estão em choque direto contra a política privatista e de ataques ao ensino superior feitos por Lula. É também por isso que a UNE não chamou a uma greve nacional, enfraquecendo o movimento e o restringindo ao objetivo de fazer palanque do governismo na disputa por candidatos governistas em São Paulo.

As consequências da derrota deste ano serão mais duras que as de 2023, sobretudo, porque a reitoria não está disposta a discutir um termo de não retaliação contra os estudantes grevistas, como fez em 2023. Naquele ano, quando as direções negociavam no campo dos ataques da reitoria e preparavam-se para levantar a greve, um setor das bases impôs em assem-

bleia a continuidade da greve e decidiu a ocupação do Bloco K, onde funciona o setor administrativo decisivo ao funcionamento da USP. Apesar da direção decidir que a greve tinha se encerrado, desconhecendo a decisão majoritária da assembleia, foi essa ação que impôs à reitoria a não punição dos grevistas que já tinha sido aprovada.

Este ano, a greve foi ainda mais massiva que a de 2023 e contou, desde seu começo, com setores das federais e do funcionalismo da USP já em greve. Mas, como naquele ano, neste evidenciou-se mais uma vez a ausência de uma direção classista capaz de superar à burocracia de esquerda do DCE, que mais uma vez deixou à luz sua traição ao evitar radicalizar a greve e criar condições para torcer o braço ao governo universitário e estadual. Eis como a greve de 2023 voltou a projetar sua sombra na greve deste ano. E as traições do DCE naquele ano tiveram seus reflexos na repetição do desfecho da greve em 2026.

O principal obstáculo para um movimento realmente vitorioso continua sendo a permanência na direção dos organismos e sindicatos de uma direção que se interessa mais pelas eleições e em fortalecer seus aparelhos partidários do que na radicalização e unificação real das lutas. Sem que surja do movimento uma direção classista, pautada por um programa e métodos revolucionários, não haverá como derrotar os governos e nem dar passos para conquistar a real autonomia universitária impondo ao governo o orçamento necessário para garantir o ensino e estudo a todos, com a luta de classes. ●



Reflexos do belicismo imperialista contra Rússia e China na América Latina

QUANTO MAIS AFUNDA O IMPERIALISMO NAS GUERRAS DE DOMINAÇÃO, MAIS A CONTRARREVOLUÇÃO SE MANIFESTA VIOLENTAMENTE SOBRE AS NAÇÕES OPRIMIDAS DO CONTINENTE

Os EUA e a Europa revelaram-se os principais impulsores políticos, ideológicos e militares do abismo social em que a humanidade se afunda. Como afirma nossa Resolução “O fundamento histórico da atual conjuntura histórica e o programa revolucionário para avançar à luta de classes sob a estratégia socialista”, aprovada na recente I Conferência do PPRI (junho de 2026), o choque entre as forças produtivas e as fronteiras nacionais, que marcam a fogo a fase imperialista do capitalismo, “*passou a ser condicionado, em sua evolução histórica, pela luta até a morte entre os países que fizeram a revolução e iniciaram a etapa da transição ao socialismo, de um lado, e os estados capitalistas desenvolvidos (imperialistas) chefiados pelos EUA, de outro*”. Esse choque assumiu hoje a forma de uma ameaça bélica em escala mundial. Veja-se que são as fronteiras russas as que são ameaçadas pelo militarismo europeu que alimenta e mantém a guerra na Ucrânia, como é um fato comprovado que a tomada por assalto das riquezas petrolíferas venezuelanas e a tentativa (até agora fracassada) de destruir o Irã tem por objetivo último enfraquecer e cercar a China. O capitalismo está em franca e rápida decomposição e deve proceder à destruição “*em grande escala as forças produtivas e, sobretudo, as desenvolvidas sobre a base da propriedade e economia nacionalizadas pelas revoluções proletárias*”, o que necessariamente exige “*derrubar as burocracias herdeiras do estalinismo*”, reorganizar a fronteiras da Rússia e China “*estilhando os estados operários*” e, “*sobre essa base, reconstituir*

a burguesia como classe dominante, completando a restauração capitalista”. Esse objetivo condiciona e com força de lei política e social “*a relativa unidade das potências imperialistas*” que enfrentam econômica e militarmente esses países.

Até agora os imperialistas não conseguiram avançar nesse objetivo estratégico. Às derrotas táticas e parciais das potências imperialistas na guerra contra Rússia e Irã seguem a aprovação de mais orçamento militar que só podem ser garantidos com mais cortes orçamentários aos serviços sociais e novas contrarreformas que retiram direitos e rebaixam as condições de vida das massas nos países capitalistas. Esse é o fundamento da maior centralização autoritária da vida econômica, civil e política nesses países. A mesma lei geral se manifesta nos países capitalistas atrasados. Uma maior transferência de mais-valia criada na produção social e de riquezas naturais está sendo instrumentada pelo imperialismo.

Nosso continente se tornou um alvo cobiçado e disputado pelas potências europeias e norte-americana, entretanto é essa que mais avanços tem conseguido por meio de uma ofensiva intervencionista que não poupa meios e métodos para impor uma política contrarrevolucionária contra a vida das massas e as soberanias nacionais. Antes do sequestro de Maduro foi o golpe contra Manuel Zelaya (Honduras), golpes tipicamente militares aos que se somaram uma sequência de golpes de estado pela via parlamentar que permitiram aos EUA derrubar governos pretensamente reformistas (Paraguai, Brasil, Peru) e impor candidatos e presiden-

tes mais palatáveis a seus interesses. Outro método tem sido (e cada vez mais efetivo) o intervencionismo nos processos eleitorais para erguer visando garantir a eleição de governos direitistas e ultradireitistas que rapidamente entregam soberania e recursos em troca de apoio dos EUA para conter as massas e criminali-



Às derrotas táticas e parciais das potências imperialistas na guerra contra Rússia e Irã seguem a aprovação de mais orçamento militar que só podem ser garantidos com mais cortes orçamentários aos serviços sociais e novas contrarreformas que retiram direitos e rebaixam as condições de vida das massas nos países capitalistas. ESSE É O FUNDAMENTO DA MAIOR CENTRALIZAÇÃO AUTORITÁRIA DA VIDA ECONÔMICA, CIVIL E POLÍTICA NESSES PAÍSES.

A mesma lei geral se manifesta nos países capitalistas atrasados. Uma maior transferência de mais-valia criada na produção social e de riquezas naturais está sendo instrumentada pelo imperialismo.

“... A potencialidade de uma Terceira Guerra Mundial - que está se convertendo em realidade - acaba se manifestando em nosso continente como **centralização autoritária e golpismo, comparecendo como subprodutos do choque violento entre estados capitalistas imperialistas e estados operários degenerados**. A destruição progressiva da formalidade democrático-burguesa acompanha as mudanças entre essas forças antagônicas.

→ zar a dissidência interna e até a oposição burguesa. Como se vê, não são episódios isolados e sim uma técnica de “domínio de espectro completo” para a colonização política e econômica das nações oprimidas.

No Brasil, Flávio Bolsonaro atou sua candidatura aos ditames e medidas intervencionistas de Trump. No Equador, um narco-presidente sobrevive graças à direta intervenção no país de tropas e interesses estadunidenses. Milei, na Argentina, está vendendo a preço de banana o país e cria uma ponte ao intervencionismo sionista sobre os movimentos pro-palestinos do continente. Lula acredita que poderá frear a ofensiva democratizando o estado, o que se revelou impraticável em seus três mandatos. Longe disso, foi esse caudilho dito progressista que permitiu ao sionismo se firmar e estender situação no país, além de que privatiza e entrega recursos estratégicos ao desenvolvimento do país para os EUA e Europa.

A diferença entre reformistas e ultradireitistas que concorrem nas eleições não é se se aceitam ou rejeitam os ditames imperialistas, e sim com que métodos e com que ritmo essa entrega deve acontecer. Mas, quem decide em última instância não são os governos, e sim as necessidades e o agravamento das contradições ao interior das potências imperialistas. Não por acaso reve-

lou-se em toda sua importância o intervencionismo direto nos processos eleitorais da última década. Nisso, a experiência peruana é sintomática: o congresso por meio de golpes constantes age como arma golpista da burguesia imperialista preservando a fachada democrática quase intacta. O que por sua vez empurra o reformismo a ir à direita tanto nas alianças quanto nos programas de governo. Como assinalamos na nota sobre a crise boliviana, publicada neste jornal, os processos eleitorais são condicionados por *“uma virada radical da situação política mundial marcada pelas tendências fascistas e a contrarrevolução burguesa em toda a linha contra as nações e massas oprimidas”*. A esse objetivo também serve o chamado “Escudo das Américas” como árbitro e executor da política intervencionista de comum acordo com os governos vendidos e apátridas do continente. Demonstrando assim *“a impossibilidade de as instituições burguesas equacionarem os conflitos sociais e do esgotamento da democracia burguesa como via para a resolução dos problemas das massas”*. Enquanto o bloqueio e ameaça intervencionista sobre a Cuba se deve ao objetivo de esmagar a referência revolucionária neste continente, e desse modo reforçar que a única saída é democrático-burguesa, na qual os EUA intervêm para impor seus interesses e seus candidatos títere - pelas eleições ou pelos golpes parlamentares.

A potencialidade de uma Terceira Guerra Mundial - que está se convertendo em realidade - acaba se manifestando em nosso continente como centralização autoritária e golpismo, comparecendo como subprodutos do choque violento entre estados capitalistas imperialistas e estados operários degenerados. A destruição progressiva da formalidade democrático-burguesa acompanha as mudanças entre essas forças antagônicas. Não há como os governos burgueses (mais à direita ou mais à esquerda) se absterem de suas consequências. Por isso não será pela via democrático-burguesa que se afastarão os perigos que trazem para as massas e as nações oprimidas. Instintivamente, são as massas bolivianas que trazem à tona a via da luta de classes. Querem derrubar o governo Paz, mas por trás desse e o armando e apoiando estão os EUA. As massas bolivianas estão em choque contra essa tendência reacionária e, instintivamente, se projetam pelo caminho da luta pelo poder político. Mas, falta às massas sua direção revolucionária para avançar na luta pelo poder político expropriado à burguesia e expulsando o imperialismo. O que permitirá, mais uma vez, à burguesia resolver a violenta contradição social pela via burguesa das eleições. As direções políticas, sindicais e populares trabalham para garantir esse desfecho contrarrevolucionário para abortar as tendências da luta de classes que a Bolívia traz à superfície. A vanguarda com consciência de classe deve agir e se organizar para ajudar os explorados a darem as costas às eleições, se reorganizar nacionalmente sob um programa comum e reivindicações antiimperialistas e anticapitalistas e, desse modo, avançar na revolução e ajudar Cuba a completar a transição ao socialismo que fora prematuramente condicionada pela burocratização de sua direção. ●

FOLHETO

Inviabilidade da

DEMOCRACIA BURGUESA

“ Nas semicolônias assim como nas metrópoles, o fascismo e a democracia são duas manifestações da ditadura de classe da burguesia ”

Adquira com nossos militantes!

FOLHETO

Choques entre Estados IMPERIALISTAS e OPERÁRIOS

Novembro de 2023



O CHOQUE ENTRE AS MEDIDAS FASCISTIZANTES DO GOVERNO E A DIREITA COM AS TENDÊNCIAS INSTINTIVAMENTE REVOLUCIONÁRIAS DAS MASSAS ABREM UMA CRISE PRÉ-REVOLUCIONÁRIA

Já se passaram 50 dias desde que as massas oprimidas bolivianas se insurgiram contra o governo direitista e pró-imperialista de Rodrigo Paz. Apesar das diversas manobras para desativar o levante nacional dos explorados contra seu governo e da recente mobilização de setores da direita nacional e as bases de apoio do governo, dezenas e dezenas de rodovias e vias de transporte de mercadorias continuam fechadas por bloqueios massivos de operários, camponeses etc.

O governo acordou com algumas direções sindicais em desmobilizar suas bases em troca de promessas e algumas migalhas para suas categorias. Os setores cujas direções traíram as bases negociando com o governo, se negaram a desmobilizar e continuam em luta. Centenas de sindicatos operários, camponeses e dos trabalhadores e a Central Operária Boliviana (COB) continuam em greve indefinida até a derrubada de todas as medidas e políticas antinacionais e antipopulares e exigem, sobretudo, a renúncia imediata de Paz. O fechamento de rodovias e os bloqueios das principais cidades aceleraram a crise ao impor pesadas perdas econômicas à burguesia intermediária boliviana. Com o agravamento do desabastecimento, foram mobilizadas pelas igrejas e partidos da direita um setor das massas para enfrentar os bloqueios e exigir a imediata instalação do Estado de Sítio.



A SITUAÇÃO POLÍTICA BOLIVIANA PODE SER RESUMIDA COMO UMA CRISE PRÉ-REVOLUCIONÁRIA na qual o governo e as classes dominantes não conseguem impor suas medidas sem recorrer quase que exclusivamente à repressão e a militarização do funcionamento do estado e da economia, mas na qual as massas nacionais oprimidas se projetam instintivamente pela derrubada do estado, mas sob o controle de direções políticas sindicais conciliadoras e democratizantes. **Essa contradição reflete a ausência ou fraqueza da direção revolucionária...**

A situação política boliviana pode ser resumida como uma crise pré-revolucionária na qual o governo e as classes dominantes não conseguem impor suas medidas sem recorrer quase que exclusivamente à repressão e a militarização do funcionamento do estado e da economia, mas na qual as massas

nacionais oprimidas se projetam instintivamente pela derrubada do estado, mas sob o controle de direções políticas sindicais conciliadoras e democratizantes. Essa contradição reflete a ausência ou fraqueza da direção revolucionária capaz de ajudar às massas a superar suas ilusões e aproximá-las de sua estratégia, permitindo assim um salto qualitativo da crise pré-revolucionária para outra revolucionária.

Por isso não vai ser com retórica e medidas cosméticas (redução dos salários dos ministros e presidente, promessas etc.) que o presidente títere do imperialismo conseguirá combater e desarmar um movimento unitário nacional que exige sua saída do poder e está enfrentando a repressão, obrigando-a a recuar. Eis porque Paz recorre à “ajuda” e apoio dos governos fascistizantes de Trump (EUA), Noboa (Equador) e Milei (Argentina) para garantir suprimentos e recursos repressivos para esmagar os protestos. Em 16/05, o governo do palhaço Milei enviou um avião da Força Aérea Argentina (FAA) com medicamentos e mercadorias para uma suposta “assistência humanitária”. Mas, apenas serviu de operação de fachada para acobertar o envio de equipamentos e munição para reprimir protestos.

A decisão de Milei foi coordenada junto com os EUA para estabilizar o governo cambaleante de Paz, o apoiando e encorajando a avançar na repressão brutal das massas. Para

continua →

→ dar ares de legalidade aos preparativos repressivos em larga escala, no dia 26/05, a Câmara de Deputados da Bolívia aprovou a retirada das restrições legais à intervenção das Forças Armadas nos conflitos internos, garantindo ao presidente plenos poderes para aprovar unilateralmente pelo Estado de Exceção (sem aval do Congresso como anteriormente) convocando as Forças Armadas contra os “distúrbios civis”. Trata-se não apenas de esmagar os protestos em sangue (cinco mortos até agora foram reportados), como também de avançar na destruição das liberdades democráticas, políticas e civis por tempo indeterminado.

Enquanto esses fatos se encadeiam, os EUA e Paz ativaram um plano para deter ou assassinar o ex-presidente Evo Morales. Ainda está gravada na memória das massas o sequestro de Maduro e a colonização, a ponta de fuzil, do governo chavista. Morales assinalou que seria possível desativar os protestos se se convocasse novas eleições. Esse cenário poderia vingar caso a repressão não consiga esmagar o levante operário e popular, e o governo Paz perder seus pontos de apoio entre empresariado, pequeno-burguesia e, sobretudo, na polícia e nas forças armadas. Não seria a primeira vez que uma revolta contra um governo leva a uma fratura ao interior das forças repressivas. De forma que atingir um dos políticos de maior influência de massas seria uma medida preventiva para evitar que a queda de Paz leve de novo o MAS ao governo e à vitória de Evo. Mas, também poderia levar a acelerar e radicalizar a maioria nacional. Evo oferece à burguesia uma saída institucional que preservaria o regime e desativar os protestos, evitando que possam vir a superar o dique de contenção democratizante que barra sua potencial projeção revolucionária. O principal obstáculo a essa solução burguesa é a intransigência dos EUA

em retroceder a seus objetivos de impor à Bolívia seus ditames.

É nesse marco que noticiava-se que a empresa norte-americana de mercenários Blackwater propagava informação falsa de que “grupos insurgentes” colombianos atravessaram a fronteira para apoiar os setores ligados a Evo Morales. A criação de um falso “cenário” de insurgência armada (orquestrada supostamente por Evo e Petro) visa apresentar uma retórica favorável a uma intervenção estrangeira conjunta para preservar a “democracia” perante a conspiração “da esquerda”. A esse objetivo responde também o grupo “Escudo das Américas” recém-criado por Trump e o narcotraficante cubano Rubio.

A ação coordenada dos governos ultradireitistas sob uma espécie de “Internacional reacionária” visa erguer uma “frente de ação comum” para a defesa dos governos serviais do imperialismo. É parte integrante dessa estratégia o objetivo de desestabilizar os governos que ameaçam os interesses da burguesia imperialista e suas sócias nacionais. Já vimos no dia 3 de janeiro (sequestro de Nicolás Maduro) como as mentiras e falsificações servem ao intervencionismo imperialista. Progressivamente, e bem na frente dos governos reformistas que ainda se mantêm em pé na Colômbia (pag. 26) e Brasil (pag. 8), cria-se uma arquitetura político-diplomática para intervir nos assuntos internos e nos processos eleitorais dos países semicoloniais do continente. Por enquanto, o imperialismo não recorre a golpes militares já que a própria democracia burguesa lhe permite impor presidentes a dedo (como em Honduras) por meio de fraudes, manipulação e ameaças. Quando isso falha, impõe a “passagem institucional” para regimes mais ditatoriais por meio de golpes de estado institucionais (Paraguai, Brasil e Peru). Isto não significa que não se recorram a métodos próprios das ditaduras. Um exemplo disso é o estabelecimento da coordenação dos governos direitistas e fascizantes para agir coletivamente na defesa dos governos reacionários e na ajuda à ação repressiva sobre as massas, como demonstramos.

Bolívia é um espelho das tendências fundamentais em que se desenvolve a luta entre as classes antagônicas da sociedade burguesa no nosso continente. Nela se refletem as consequências de uma virada radical da situação

política mundial marcada pelas tendências fascizantes e a contrarrevolução burguesa em toda a linha contra as nações e massas oprimidas. Mas, também nesse país se reflete a impossibilidade de as instituições burguesas equacionarem os conflitos sociais e do esgotamento da democracia burguesa como via para a resolução dos problemas das massas.

As massas bolivianas só imporão suas reivindicações radicalizando seu enfrentamento contra o imperialismo, a burguesia nacional e o governo de Paz. Para isso, devem dar um passo em sua unificação sob uma frente única anti-imperialista sob o objetivo imediato de derrubar o governo antinacional, a expulsão da DEA e de todos os agentes e diplomatas norte-americanos do país e organizar as milícias operárias e camponesas sob um comando único de representantes eleitos (e revogáveis) por uma Assembleia Popular firmada na autodefesa das massas. Deve-se ainda rejeitar o chamado de Morales a desmobilizar as massas se o governo se compromete a convocar eleições. Essa é uma manobra à qual poderia recorrer a burguesia se as massas avançam na luta pelo poder.

Uma vitória das massas abriria uma via à revolução proletária e uma nova etapa da luta de classes. Objetivamente, “A revolução proletária se ergue instintivamente no seio das manifestações...” afirmamos no Manifesto do PPRI n° 110 de 21/05 (pag. 25). Mas, “Para que a estratégia revolucionária se constitua no farol e guia da luta das massas oprimidas é urgente que a vanguarda com consciência de classe ajude os explorados a superarem e romperem com o democratismo impotente e servil do MAS, retomando os métodos e objetivos da Revolução de 1952 e da Assembleia Popular de 1971” afirmamos. O que somente é possível retomando “os fundamentos das Teses de Pulacayo e do programa revolucionário da COB que desenvolveu Guillermo Lora” antes da burocratização da central.

Eis como se bloqueará o avanço da barbárie social à que o capitalismo empurra a todos os países do continente. Essa lição, que surge do próprio processo político e história bolivianas, é um guia para a vanguarda com consciência de classe da América Latina começar a resolver a crise de direção reconstruindo seus partidos em cada país e sua direção mundial da revolução, a IV Internacional. ●

FOLHETO

Guillermo Lora e a Rússia EM DEFESA DAS CONQUISTAS DA REVOLUÇÃO PROLETÁRIA



e da Revolução
Política como
parte da Revolução
Mundial Socialista

Adquirir com nossos militantes!



PPRI
Partido Proletário
Revolucionário
Internacionalista



ppri4.org

BOLÍVIA

Manifesto do PPRI

PELA VITÓRIA DAS MASSAS NA LUTA PELA DERRUBADA DE PAZ COM A LUTA DE CLASSES! NÃO CONCILIAR COM O GOVERNO ENTREGUISTA E NEM COM A POLÍTICA DEMOCRATIZANTE DO MAS! DEFENDER A ESTRATÉGIA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS!

Quatro meses após eleito, o governo direitista e pró-imperialista de Rodrigo Paz e a minoritária burguesia entreguista boliviana tentam frear e abortar o levante operário, camponês e popular que expressa a revolta da nação oprimida contra o estado e a burguesia nacional, por trás dos quais encontra-se o objetivo do imperialismo de fazer da Bolívia um quintal para a exploração do capital financeiro onde seus lucros sejam extraídos afundando na barbárie os operários e demais oprimidos.

Sob ditames do imperialismo, Paz se propõe entregar as riquezas naturais às grandes empresas capitalistas transnacionais e aplicar uma violenta política econômica de contrarreformas e privatizações, empurrando para o abismo da fome absoluta e da destruição física e intelectual a força de trabalho e destruindo os serviços públicos e sociais. Após a revolta das massas, o governo ultradireitista de Milei (Argentina), de comum acordo com os EUA, enviaram armamentos e meios repressivos para esmagar em sangue a revolta operária e popular. Nas mãos dessa gangue internacional de criminosos e genocidas está o sangue derramado de até agora quatro manifestantes.

Mas, para conseguir impor seu plano de governo maldito, Paz precisa impor uma violenta mudança na correlação de forças entre exploradores e explorados por meio da violência e a repressão política e social. A repressão contra as manifestações foi brutal. Mas, as massas não retrocederam e, longe de se esgotarem, as manifestações são cada vez mais radicalizadas e com um objetivo imediato: derrubar a Paz. Essa palavra de ordem surgiu após o governo se recusar a aceitar retroceder os ataques e satisfazer as reivindicações. O que levou o movimento nacional a exigir a renúncia ou a queda do governo. A queda desse títere do imperialismo significaria bloquear o avanço do pacote de leis malditas que empobrecem e saqueiam a nação, e elevaria a confiança das massas em suas forças. Sem conseguir esmagar o levante operário e camponês, o governo tenta agora enfraquecer o movimento propondo negociações em separado com alguns sindicatos e movimentos, oferecendo migalhas ou promessas, com o objetivo de dividir a mobilização. Mais recentemente, foi a manobra de Paz de demitir o Ministro do Trabalho como mais um recurso político para preservar o governo e diluir os protestos. A resposta deve ser a luta unitária sob um plano comum e nacional de reivindicações até derrotar o governo e a burguesia!

O Cabildo Nacional sindical convocado pela COB (Central Operária Boliviana) de 1º de Maio, bem como o Cabildo Nacional camponês, ambos realizados em La Paz, exigiram o imediato aumento dos salários em 20% e a revogação da "lei Marinkovic" que pretendia aprovar medidas para a destruição da pequena propriedade e sua concentração em mãos dos latifundiários. A pressão do movimento obrigou o governo a recolher (por enquanto) a "lei Marinkovic", mas permanece irredutível em aumentar os salários ou mudar o rumo entreguista de seu governo.

Nos Cabildos (uma tradição democrática popular na história da Bolívia em que as massas discutem e aprovam em assembleia pública suas reivindicações e métodos de luta) se reuniram às classes fundamentais das quais nascerá a aliança revolucionária (operária e camponesa) que poderá derrubar o governo burguês e abrir caminho à revolução proletária e ao governo operário e camponês. Essa estratégia será a única capaz de unir as massas sob o objetivo de avançar na luta pelo seu próprio poder. Mas, para isso, as massas precisam passar da luta defensiva à ofensiva política contra o estado e a burguesia. A satisfação das reivin-

dições imediatas e unitárias com os métodos da ação coletiva de massas apresentam-se - objetivamente - como um ponto de partida para a organização da frente única anti-imperialista em que essa estratégia poderá unir aos explorados e oprimidos.

Para dar passos objetivos, o movimento de feições insurrecionais não deve se enfraquecer e golpear unitariamente contra o governo até sua queda. Aos enfrentamentos contra as forças repressivas e os bloqueios de rodovias devem-se somar as ocupações de fábricas e das minas e, sobretudo, convocar aos camponeses a ocupar as terras dos latifundiários. Como já ensina a experiência boliviana, devem tomar de reféns os latifundiários e os burgueses se for necessário, até derrotar o governo e abrir caminho ao fortalecimento do movimento perante a burguesia e imperialismo defendendo a expropriação e nacionalização de empresas, bancos e, especialmente, de toda a terra e sua entrega aos camponeses, bem como a transformação da grande produção agroindustrial em produção coletivizada sob controle do proletariado agrícola. É parte desse programa a defesa da autodeterminação dos povos originários e a convocatória de uma Assembleia Popular para que as massas reconstruam o organismo soviético que em 1971 aproximou o proletariado e o campesinato à conquista do poder político.

Não existe saída à crise pela via institucional da burguesia. Todos os governos burgueses que pretenderam reformar ou democratizar o capitalismo fracassaram e acabaram servindo ao imperialismo e à burguesia nacional parasitária. Por isso, se bem se deve preservar imediatamente a frente única sob o objetivo da derrubada de Paz pela ação direta de massas, no interior dessa frente que encontra-se o MAS, que pretende se aproveitar do levante para retomar ao poder do estado burguês e desviar a luta insurrecional pela via eleitoral. A vanguarda com consciência de classe deve combater a política burguesa democratizante com a política revolucionária, empurrando com sua ação e programa as massas além do horizonte burguês e erguendo sua estratégia revolucionária.

Somente assim o que começou como uma resposta unitária e nacional ao aumento dos combustíveis e as medidas antinacionais e antipopulares, pela lógica interna das leis da revolução proletária na época de decomposição capitalista, abrirá um caminho à derrubada de Paz, mas também para que progrida a luta insurrecional pelo poder. É necessário ter claro que na Bolívia enfrentam-se a revolução proletária e a contrarrevolução burguesa. A contrarrevolução burguesa se unifica ao redor do governo de Paz e recorre à violência reacionária para esmagar as massas. A revolução proletária se ergue instintivamente no seio das manifestações e deve ampliar a violência revolucionária para alcançar seus objetivos. Para que a estratégia revolucionária se constitua no farol e guia da luta das massas oprimidas é urgente que a vanguarda com consciência de classe ajude os explorados a superarem e romperem com o demotismo impotente e servil do MAS, retomando os métodos e objetivos da Revolução de 1952 e da Assembleia Popular de 1971. A história voltou a colocar as tarefas históricas ao proletariado, a da revolução social que foi truncada pela derrota das massas através da contrarrevolução golpista. É possível somente uma saída progressiva e revolucionária à crise de contornos pré-revolucionários, retomar os fundamentos das Teses de Pulacayo e do programa revolucionário da COB que desenvolveu Guillermo Lora antes de sua completa burocratização. ●

COLÔMBIA: POLARIZAÇÃO ENTRE REFORMISMO E IMPERIALISMO DÃO O TOM DA DISPUTA ELEITORAL NO PAÍS.

No dia 31/03 foi o primeiro turno das eleições colombianas, Ivan Cepeda, reformista indicado pela frente eleitoral que elegeu o atual presidente, Gustavo Petro, ficou em segundo lugar com 40,9% dos votos; e em primeiro, o candidato pró-imperialista Abelardo de la Espriella com 43,7% dos votos. Este resultado causou nas forças reformistas certa surpresa, uma vez que o partido do atual governo, Pacto Histórico, teve um resultado histórico nas eleições legislativas de março deste ano. Pela primeira vez na história do país um partido de centro-esquerda consegue a maioria parlamentar na Câmara e Senado. Antes, a eleição de Petro marcou a primeira vez na história colombiana em que um partido reformista ou de “esquerda” chegava ao comando do estado. Qual o significado disto? Essa pergunta é essencial para compreender a atual disputa eleitoral.

A Colômbia destoa de outros países latino-americanos que já tiveram governos considerados sociologicamente de esquerda e “centro-esquerda” (reformistas ou nacionalistas burgueses) tanto no século passado,

quanto neste. Nos últimos dez anos, uma série de protestos e greves irromperam no país em decorrência das péssimas condições de vida das massas. Deve-se destacar a greve de 24 horas que paralisou a Colômbia em 2021, e arrastou a luta por quase dois meses, por conta da pandemia, do colapso do sistema já precário de saúde e do encarecimento dos alimentos. Todo o instinto de luta das massas foram canalizadas, no entanto, para as eleições que ocorreriam no ano seguinte. Neste cenário, Gustavo Petro, ex-guerrilheiro, foi eleito presidente da República em 2022 com uma série de promessas de reformas.

Acerca das reformas propostas, existia a tributária, onde propôs-se o aumento de impostos por parte das classes dominantes e dos setores mineiro e petrolífero; um programa de transferência de renda, tal qual o bolsa família; uma reforma do sistema de saúde (rejeitada pelo Congresso) onde diminuiria a participação de gestores privados na educação básica e uma nova organização, com novos critérios de distribuição entre os gestores seriam colocados; uma descentralização fiscal, aprovada em 2024, em que os recursos seriam melhores alocados para os departamentos mais pobres e ficariam menos concentrados em Bogotá, dentre outras reformas. No entanto, uma reforma previdenciária exige agora que pessoas que ganham até 3 salários míni-

mos contribuam, sendo que antes estavam isentos, não muda o tempo de aposentadoria (62 anos para homem e 57, para mulher) e não diminui o poder do sistema previdenciário privado.

O governo reformista conseguiu avançar em algumas das pautas pelo grande apoio popular e pela permanente convocatória a mobilizar para pressionar o Congresso. A direita e ultradireita colombianas, que governaram o país por décadas a fio, aceitaram tratar das reformas e aprovar algumas delas, mas sempre modificando e limitando seu alcance. Contudo, a maior derrota para o governo Petro foi a não implantação da chamada “Paz Total”, que se caracteriza pela negociação do desarmamento de todos os grupos guerrilheiros e paramilitares, envolvidos com o tráfico de drogas ou não. A pauta é cara ao discurso político de estabilização do país no sentido de diminuir os altos índices de violência e criminalidade, mas é um fato que os partidos da ordem burguesa estão intimamente ligados ao narcotráfico de forma que não tem qualquer interesse em atingir uma fonte de lucros extraordinários da qual parasitam como sócios ou como facilitadores. O conflito armado interno é uma importante fonte de justificativas para selar uma aliança estreita com os EUA, que garanta estabilidade política e o domínio do aparato político pela direita.

//

...

Os ataques e contra-ataques entre a direita e esquerda burguesas se processam no interior das instituições. A direita controla grande parte do aparato jurídico, parlamentar, policial e militar. Assim, o **Pacto Histórico deveria avançar em uma reforma integral do estado caso queira criar as condições para garantir a governabilidade.** —

É nesse quadro histórico que se deve assinalar que grande parte das reformas sejam progressistas se comparadas a décadas anteriores em que direitos quase eram inexistentes para a maioria dos assalariados, há de se notar que nenhuma delas de fato vai até às últimas consequências para enfrentar as grandes empresas de cada setor, e quando o fez, foi derrotada, que é o caso da reforma da saúde. Mesmo mobilizando suas bases a ir às ruas como maneira de pressionar o parlamento, ainda assim há o desenvolvimento da ilusão nas massas de que estas reformas, mais ou menos rebaixadas, poderão ser arancadas num parlamento extremamente reacionário.

Os ataques e contra- ↑

FOLHETO

A luta pela
INDEPENDÊNCIA
DE CLASSE
NOS SINDICATOS DE PROFESSORES
estaduais e municipais

Adquirir com nossos militantes!

→ ataques entre a direita e esquerda burguesas se processam no interior das instituições. A direita controla grande parte do aparato jurídico, parlamentar, policial e militar. Assim, o Pacto Histórico deveria avançar em uma reforma integral do estado caso queira criar as condições para garantir a governabilidade. Eis porque, o que determinará a derrota ou vitória de Cepeda será o apoio eleitoral que consiga mobilizar e sua capacidade de controlar as massas. Ao analisar o discurso político do candidato pró-imperialista de oposição, é nítido que sua principal proposta é relacionada ao tema da segurança pública, no sentido de construir enormes prisões e encarcerar enormes quantidades de pessoas, ao estilo de Bukele, presidente de El Salvador. O que estaria de acordo com a política terrorista e militarista da direita e ultradireita. Daí que a permanência dos conflitos é instrumental aos objetivos

dessas forças reacionárias.

Se, por um lado, o candidato do imperialismo, utiliza-se de uma preocupação real das massas, a segurança (uma constante na realidade nacional), por outro lado, este em nada está preocupado com a destruição dos cartéis de drogas. O tráfico é parte da produção e da reprodução do capital. O tráfico foi e ainda é usado pela burguesia local e pelo imperialismo como maneira de controle econômico e político das massas, especialmente dos países atrasados e semicolônias. O crime organizado é menos um corpo estranho, separado da reprodução da lógica do capital em seu período imperialista, mas está absorvido em suas engrenagens ao proveer de uma fonte adicional de capital-dinheiro que via bancos e fundos de investimento são “legalizados” e constituem uma quota parte dos investimentos gerais em outras áreas, mesmo existindo contradi-

ções entre as distintas frações das burguesias.

Ao mesmo tempo, o reformismo falha retumbantemente em combater essa fração da burguesia, pois apoia-se em outras frações para combatê-la e propõe, em última instância, a administrar o capital para dâ-lo uma face mais “humana”. Se é verdade a relação dialética exposta acima entre crime organizado e o capital e sua indissociabilidade, o reformismo sempre fracassará em combater o crime. Mas, a burguesia narcotraficante se constituiu em parte do estado, instrumental aos objetivos do imperialismo e alimenta parte da economia nacional e mundial. Só acabando com o capitalismo seria possível começar a solucionar o problema das drogas e do narcotráfico.

O que colocamos demonstra que as eleições levarão a um novo governo burguês ao comando do estado. Se Cepeda vencer, o imperialismo que apoia

o ultradireitista Espriella trabalhará, logo no primeiro dia, para o desestabilizar. É muito provável que a violência paramilitar e narcotraficante se amplie impulsionada e favorecida pela direita e imperialismo. A ofensiva imperialista para derrubar governos que não se alinharem completamente a seus ditames é uma política geral para toda América Latina (ver página 23 e abaixo). Diferentemente, a vitória de Espriella resultará em uma nova base de manobras, desta vez, contra o Brasil.

A única saída real para as massas será a partir de seus próprios métodos de organizações e com base em seu programa, construído e provado historicamente, com uma verdadeira direção revolucionária. Do contrário, a farsa do revezamento democrático burguês continuará imperando e o capitalismo seguirá sua curva descendente para a barbárie. ●

PERU | Eleições 2do Turno

A vitória eleitoral da fascista Keiko Fujimori no segundo turno sobre o reformista Roberto Sánchez, deixou definitivamente claro a que objetivo serviram os sucessivos golpes parlamentares

No momento em que fechamos esta nota, não estavam ainda contabilizados todos os votos do segundo turno das eleições gerais no país. Porém, já estava marcada uma tendência clara com 95% das atas apuradas: por uma diferença mínima, a ultradireitista Keiko Fujimori (Força Popular) venceu o reformista Roberto Sánchez (Juntos pelo Peru): 50,002% (9.032.651) contra 49,998% (9.032.000) respectivamente - um virtual empate técnico. Mais de 7 milhões dos habilitados não compareceram a votar: o mais alto registro dos últimos anos.

A vitória de Fujimori não teria sido possível sem o golpe contra Pedro Castillo, que pela primeira vez no país elevou ao comando do estado um governo reformista. A desestabilização de seu governo foi um objetivo deliberado desde o primeiro dia pela burguesia e o imperialismo. Essas forças dominantes da economia nacional e da política burguesa por décadas, não toleravam a eleição de um governo que pudesse ensaiar tímidas reformas em benefício das massas. O imperialismo já estava em ofensiva por desmontar e retirar os governos reformistas e nacionalistas-burgueses que na década

de 2000 tomaram conta do continente. O capitalismo entrava em uma fase de completa decomposição e os monopólios exigiam de os governos ampliar o saque e as contrarreformas. Nesse quadro que logo eleito Castillo começaram as manobras de desestabilização. O golpe parlamentar que o retirou do governo e os governos prepostos que se seguiram tinham por objetivo criar as condições políticas e jurídicas para o retorno da direita ao poder. Foram capturados pelos partidos direitistas no Congresso o Tribunal Constitucional, o Ministério Público, a Defensoria do Povo, o Conselho

continua →

Quanto mais aprofunda-se a crise no país, mais a burguesia ancorada no imperialismo destrói as ficções democratizantes, e dá passos à centralização ditatorial para avançar na ofensiva contra as massas. Por isso, **as massas oprimidas não têm outra opção que continuar combatendo**. E assim **voltarão a ser colocadas as condições para organizar a luta unitária e nacional dos explorados**, sob um plano unitário de reivindicações, **favorecendo a penetração do programa e estratégia da revolução e ditadura proletárias**.

→ Nacional de Justiça, a Controladoria e o Escritório Nacional dos Processos Eleitorais (ONPE) fazem que qualquer candidato reformista que consiga superar os entraves institucionais erguidos para garantir a vitória da direita, esteja sob a sombra do golpe. Foi criada uma estrutura institucional que não apenas facilita a fraude eleitoral como permite a perseguição e criminalização de qualquer candidato que não o escolhido pela burguesia, ou que ameace conseguir uma vitória apesar de todos os entraves colocados. Não foi por acaso que antes do pleito eleitoral foram processados e encarcerados de forma compulsória e com acusações farsescas Martín Vizcarra e Guillermo Bermejo, que poderiam ter vencido no primeiro turno à candidata ultradireitista. Tampouco foi por acaso a tentativa de criminalizar Sánchez dias antes do pleito.

Se Sánchez fosse vencedor, estaria já desde o primeiro momento sob ameaça do golpismo do Congresso dominado pela ultradireita e direita. Castillo foi vítima dessa correlação de forças parlamentar em que a Força Popular (primeira maioria) e partidos direitistas condicionam a governabilidade. A experiência dos últimos seis anos demonstra que ainda ganhando a eleição, não há como um presidente se manter perante a ofensiva golpista parlamentar com apoio da burguesia, as instituições, das Forças Armadas e do imperialismo. Sendo eleita Fujimori (seja porque as urnas apuradas lhe deem a vitória, seja porque a justiça eleitoral desconheça a vitória a Sánchez) terá respaldo do Congresso e, sem dúvida, avançará na centralização autoritária da vida civil e política. Assim que a filha do sanguinário ditador Alberto Fujimori tomar o poder, seguirá os passos de seu nefasto pai.

O processo político peruano é um indicador claro do percurso que segue

a decomposição da democracia burguesa na América Latina. No Equador, Chile, Argentina, Honduras e Panamá ergueram-se ao governo figurões ultradireitistas títeres do imperialismo. Na Colômbia e Brasil permanecem governos reformistas que trazem à tona a ilusão da possibilidade de eleger governos ditos de esquerda para frear à direita e o “fascismo”. O certo é que a disputa entre candidatos “reformistas” e ultradireitistas é uma constante dos últimos cinco anos e reflete uma tendência mais geral da política burguesa. No Peru, a vitória de reformistas tem levado ao golpismo permanente. Os golpes de estado contra Castillo (Peru), Dilma (Brasil) e Lugo (Paraguai) deixaram em claro que eleições e golpes constituem uma relação dialética da política burguesa no momento de crise capitalista, de violenta ofensiva imperialista e de surgimento de governos ultrarreacionários. Se as eleições não favorecem os candidatos indicados a dedo ou favoritos do imperialismo, sua desestabilização e retirada (pelo golpe ou de novas eleições amanhadas) é a lógica que segue a intervenção do imperialismo das principais forças burguesas.

Verifica-se como verdadeiro o prognóstico histórico que apresentamos no OI nº 39 (abril de 2026): *“Passados quatro anos desde a destituição de Castillo, e de mais de 10 presidentes empossados e retirados pela via do golpe de estado em uma década, ficou absolutamente claro que a democracia formal - supostamente baseada na soberania popular para determinar os rumos do Peru - não passa de uma farsa. A destituição e eleição de presidentes no Congresso foi uma tática aplicada pela burguesia e o imperialismo para impor a vitória dos candidatos mais palatáveis a seus interesses. Foram os golpes desde o Congresso que moldaram o curso dos acontecimentos políticos que culmina-*

ram nas eleições deste ano. As eleições sacralizaram formalmente essa política imposta pelos golpes de estado.”

Não obstante, há ainda um elemento imprevisível nesse prognóstico geral: qual será a atitude das massas. O abstencionismo indica não apenas desconfiança nas eleições e instituições como assinalam que existem condições para novos levantes operários e populares. Seguem vigentes as tendências dos levantes operários e populares de 2020 quando a burguesia nacional enfrentou uma crise de poder e uma luta radicalizada e nacional das massas. À época, caíram em consequência cinco governos em poucos meses. É massiva a desaprovação do Parlamento e das instituições pelos oprimidos.

Quanto mais aprofunda-se a crise no país, mais a burguesia ancorada no imperialismo destrói as ficções democratizantes, e dá passos à centralização ditatorial para avançar na ofensiva contra as massas. Por isso, as massas oprimidas não têm outra opção que continuar combatendo. E assim voltarão a ser colocadas as condições para organizar a luta unitária e nacional dos explorados, sob um plano unitário de reivindicações, favorecendo a penetração do programa e estratégia da revolução e ditadura proletárias. Mas, para isso é preciso avançar na construção do partido que possa liderar a maioria nacional oprimida contra a burguesia nacional e o imperialismo. Esta tarefa é urgente para evitar que se repita o ciclo de revoltas e novas eleições seguidas de golpes. É forjando a direção revolucionária que seja capaz de levar os explorados trocar seu instinto de revolta em programa consciente pela derrubada e expropriação da burguesia, constituindo o governo operário e camponês, que finalmente se abrirá caminho à revolução que está colocada também para a Bolívia (pag. 23). ●